

O ARQUIVO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE TURISMO DE MAFRA: CONTRIBUTO PARA UMA METODOLOGIA DE DESCRIÇÃO FOTOGRÁFICA EM CONTEXTO ARQUIVÍSTICO

Patrícia Alexandra Dias Matias

**Relatório de Estágio de Mestrado em Ciências de Informação
e da Documentação - Arquivística**

Setembro, 2010



Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários
à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Informação e da Documentação
– Arquivística realizado sob:

Orientação Científica:

Professora Doutora Maria de Lurdes Rosa

Co-Orientador:

Dr. João Vieira

Orientadora Local:

Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues

À minha avó Leonor...

AGRADECIMENTOS

Uma palavra de agradecimento à Doutora Maria de Lurdes Rosa pelo apoio, empenho e solicitude sempre revelados desde o início deste curso de Mestrado, culminando neste Relatório de Estágio.

À Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues e ao Dr. João Vieira, meus Mestres e principais conselheiros que tudo fizeram para que se apresentasse este trabalho final. Pela orientação sempre tão sábia, pelos conselhos enriquecedores e pela paciência e simpatia que sempre me ofereceram.

Aos meus pais, que sempre fizeram tudo para me oferecer as melhores condições para que o meu percurso académico fosse levado a bom porto.

Ao Bruno, o meu mais que tudo, por tudo!

RESUMO

O presente Relatório de Estágio descreve as actividades levadas a cabo no Arquivo Histórico Municipal de Mafra (AHMM) tendo por base a documentação produzida pela Comissão Municipal de Turismo de Mafra, especialmente a documentação fotográfica, oferecendo-se um pequeno contributo para uma metodologia de descrição fotográfica em contexto arquivístico. Esta metodologia passa pela necessidade e concomitante mais-valia empiricamente verificada da descrição arquivística de espécies fotográficas dentro do seu contexto de produção administrativo, devolvendo-lhes a ordem original.

De forma a definir campos descritivos, efectuou-se um estudo sobre as normas e orientações para a descrição arquivística e um breve estudo sobre o público do AHMM. Além disso, de forma a facilitar a recuperação da informação elaborou-se um vocabulário controlado, enriquecendo a descrição multinível realizada.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivística; Arquivos; Arquivos Históricos; Arquivo Histórico Municipal de Mafra; Comissão Municipal de Turismo de Mafra; Descrição arquivística; Descrição arquivística de fotografia

ABSTRACT

This Training Report describes the activities carried out in the Arquivo Histórico Municipal de Mafra (Municipal Historical Archive of Mafra - AHMM) based on the documentation produced by the Comissão Municipal de Turismo de Mafra (Municipal Tourism Commission of Mafra), especially the photographic documentation, offering a small contribution to a photo description methodology in their archival context. This methodology involves the need and concomitant increase in value empirically verified on the archival description of photographs within the administrative context of production, restoring their original order.

In order to define descriptive fields, a study on standards and guidelines for archival description as well as a brief study on the public of the AHMM was conducted.

Furthermore, in order to facilitate the retrieval of information a controlled vocabulary list was also made, enriching the performed multilevel description.

KEYWORDS: Archivist; Archives; Historical archives; Arquivo Histórico Municipal de Mafra; Comissão Municipal de Turismo de Mafra; Archival description; Archival description of photos

Índice

Índice	6
LISTA DE ABREVIATURAS.....	8
Introdução	9
Capítulo I – Estágio	11
I.1 – Objectivo do Estágio	11
I.2. – A instituição de acolhimento: Arquivo Histórico Municipal de Mafra.....	12
I.3 – Metodologia utilizada.....	15
I.4 – Calendarização das actividades	16
Capítulo II – Fotografia em contexto arquivístico: reflexão e análise	18
II.1 – A visão sistémica dos arquivos	18
II.2 – Fotografia – documento de arquivo	19
II.3 – A fotografia nos arquivos portugueses.....	21
II. 4 – Estudo das normas e orientações para a descrição arquivística	22
II.4.1- ISAD(G) – International Santdard of Archival Description (General).....	22
II.4.2 – SEPIADES – Safeguarding European Photographic Images for Access – Data Element Set.....	23
II.4.3 – Comparação dos elementos de descrição	24
II.5 – Estudo do público actual e potencial do AHMM.....	29
Conclusão de capítulo	33
Capítulo III – O objecto de estudo: a documentação fotográfica da Comissão Municipal de Turismo de Mafra	34
III.1 – História Administrativa da Comissão Municipal de Turismo de Mafra.....	34
III.2 – Organização e descrição da documentação.....	37
III.3 – Identificação da documentação.....	38
III.4 – Um Arquivo ou dois?.....	38
III.5 - Estruturação das unidades documentais	40

III.5.1 – Reconhecimento das séries documentais	40
III.5.2 - Identificação das unidades documentais inferiores.....	43
III.6 – Quadro de Classificação	45
III.7 - Definição de elementos descritivos por unidade arquivística	46
III.8 – Construção do Instrumento de Descrição Documental (IDD).....	51
III.9 – Organização e descrição da documentação fotográfica no seu contexto produtivo	52
III.9.1 – Organização das fotografias – identificação de níveis arquivísticos.....	54
III.9.2. – Organização das fotografias – numeração	55
III.9.3. – Vocabulário controlado.....	56
III.9.4 – Definição dos elementos de descrição	57
Conclusão de capítulo	59
Considerações finais	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63
Apêndice I – Folha de Recolha de Dados.....	68
Apêndice II – Catálogo da Comissão Municipal de Turismo de Mafra.....	73
Apêndice III – Vocabulário Controlado	121

LISTA DE ABREVIATURAS

AHMM – Arquivo Histórico Municipal de Mafra

CMM – Câmara Municipal de Mafra

CMTM – Comissão Municipal de Turismo de Mafra

ISAD(G) – International Standard of Archival Description (General)

NODAC - Norma de Descripción Archivística de Cataluña

ODA – Orientações para a Descrição Arquivística

SEPIADES - Safeguarding European Photographic Images for Access – Data Element Set

Introdução

Durante o curso de Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação fomos confrontados com várias teorias, diversas perspectivas e distintos modos de agir, em termos técnicos, por parte das instituições cuja “matéria-prima” é a informação, sejam arquivos, bibliotecas ou centros de documentação. Visto se ter decidido aprofundar os estudos na área da Arquivística, sentimos a necessidade de conhecer os modelos teóricos aplicados a esta ciência que se quer cada vez mais autónoma.

Pôde essencialmente distinguir-se uma teoria de carácter custodial, patrimonialista, assente na chamada teoria das “três idades”, tendo por base de caracterização dessas “idades” a finalidade do uso dado aos documentos.

Ao mesmo tempo, os teóricos deste paradigma historicista e custodial já revelavam consciência que a “prática confirma que a linha traçada entre o período de actividade e o de semiactividade tem muito mais a ver com um elástico do que com uma corda esticada”¹, e para além disso, toda esta visão em torno da realidade arquivística se evidenciava cada vez mais desfocada quando aproximada à emergente Sociedade da Informação, cada vez mais dominada pelas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC). Os arquivos eram vistos como serviços vocacionados para a conservação do património documental, onde o documento era enfatizado como fonte de informação histórica².

Oposta aos princípios mais toscamente talhados da teoria das “três idades”, a visão sistémica dos arquivos (em Portugal, desde meados da década de 1990) vem manifestar algumas noções até aí não tão explícitas, rodando a perspectiva sobre os arquivos, entendendo-os como sistemas de informação dinâmicos, por oposição à visão monolítica e estática da perspectiva anterior. Este novo paradigma assenta no primado da informação, de uma abordagem científica e uma atitude pós-custodial, impulsionado

¹ COUTURE, Carol, ROUSSEAU, Jean-Yves – **Os Fundamentos da Disciplina Arquivística**. 1ª Edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998, p.116.

² RIBEIRO, Fernanda – **Como seria a estrutura primitiva do Arquivo da Casa da Coroa (Torre do Tombo)?** [s.l.][s.d.]p. 5.

pelas TIC. O aspecto que mais nos interessou foi a perspectiva de desestabilização da noção estática e exclusivamente analógica de documento³.

A base de reflexão deste Relatório de Estágio foi extraída essencialmente da dicotomia evidenciada pela teoria sistémica entre *documento vs informação*. Procurou-se atestar que as “amarras” associadas ao acentuar da prática arquivística no documento hipotecam uma visão holística do conjunto documental, criando na maior parte das vezes artificialismos.

Em termos práticos, essa demonstração passou pela relativização do lugar (ainda) ocupado pela fotografia nos arquivos portugueses, encarando-a como informação *de per se*, elaborando-se a descrição arquivística em contexto produtivo (leia-se administrativo) devolvendo-lhe, deste modo, a sua primeira ordem original.

Assim, elegendo-se uma pequena amostra do universo das fotografias do Arquivo Histórico Municipal de Mafra, onde se realizou o estágio, procurou-se verificar e atestar que as fotografias tratadas poderiam ser entendidas como documentos inseridos num determinado processo administrativo, sendo o resultado final uma valorização do seu potencial informativo.

³ PINTO, Manuela Azevedo, SILVA, Armando Malheiro da – **Um modelo sistémico e integral de gestão da informação nas organizações**. Comunicação apresentada ao 2º Congresso Internacional de Gestão da Tecnologia e Sistemas da Informação. 2005, p.6.

Capítulo I – Estágio

I.1 – Objectivo do Estágio

Através de leituras exploratórias e pelo conhecimento da prática de descrição em alguns arquivos portugueses, fomos nos apercebendo que esta operação técnica era realizada sem esforço em reconstituir o contexto administrativo das espécies fotográficas, resultando em construções artificiais nomeadas na sua maioria de *coleções fotográficas*, tendo como base da agregação documental exclusivamente a existência de um suporte comum.

Quando se refere contexto administrativo fala-se de um nível mais profundo que aquele que habitualmente se pratica, como por exemplo a recolha de informação presente em listas de clientes, álbuns fotográficos ou inventários. Este contexto administrativo liga-se mais intimamente à observância do princípio da proveniência, pois procura não só devolver os documentos ao seu fundo de origem, mas também “conservá-los segundo a sua ordem primitiva”⁴.

Neste mesmo sentido, procurou-se conhecer o contexto administrativo no qual as fotografias se enquadram como qualquer outro documento, independentemente do seu suporte, de modo a tornar perceptível o(s) objectivo(s), uso(s) e aplicação(ões) para que foram criadas, independentemente do uso que lhes foi dado posteriormente. O segundo objectivo está na tentativa de fazer com que se encare a fotografia como qualquer outro tipo de suporte de informação, retirando-lhe o estatuto de documento único e privilegiado que muitas vezes inibe os profissionais de arquivo em lhe dar um tratamento satisfatório, do ponto de vista da descrição. O que acontece habitualmente é a construção de classes artificiais (coleções) nas quais a fotografia fica descontextualizada.

Se se revelar possível compreender a fotografia do ponto de vista da descrição arquivística como um documento capaz de integrar um procedimento administrativo (que em tantos casos o suporta!), então ela poderá ser descrita em conjunto com a

⁴ COUTURE, Carol, ROUSSEAU, Jean-Yves, *Op. Cit.* p.293.

documentação textual, abandonando-se a enorme carga de “peça de museu” que a fotografia comporta.

Só desta forma se poderá conhecer a eficácia dessas fotografias que integraram determinado procedimento administrativo (obviamente que se admite existirem fotografias em arquivos cujo contexto administrativo se perdeu totalmente), percebendo-se se a sua relação funcional foi conservada ao longo do tempo.

Em resumo, a opção pela realização da componente não-lectiva na modalidade de Estágio com Relatório prendeu-se com a necessidade de verificar empiricamente a mais-valia resultante da descrição arquivística de documentos fotográficos enquadrados no seu contexto administrativo, de modo a perscrutar a sua ordem original.

I.2. – A instituição de acolhimento: Arquivo Histórico Municipal de Mafra

A Câmara Municipal de Mafra sentiu a necessidade de reorganizar os seus serviços, apostando num modelo mais simplificado e flexível de gestão autárquica que garantisse o desenvolvimento sustentável do território, designadamente nas suas vertentes económica, social, educacional e ambiental, suprimindo as reais necessidades e expectativas dos seus munícipes e visitantes.

No sentido de simplificar os níveis hierárquicos, fomentar a colaboração entre os serviços pelo uso cada vez mais sustentável dos recursos, desburocratizar e promover a modernização no sentido da qualidade numa administração aberta e participativa, foi aprovado o Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, sua Estrutura e Competências⁵ (ROSMEC).

Tendo como base o ROSMEC, o **Arquivo Histórico Municipal de Mafra** integra-se superiormente no Departamento Sociocultural e, dentro deste, na Divisão de Bibliotecas e Arquivo Municipal, como se pode verificar no esquema seguinte.

⁵ Publicado pelo **Aviso n.º 1414/2009 – Diário da República**. 2ª Série – N.º 9 de 14 de Janeiro

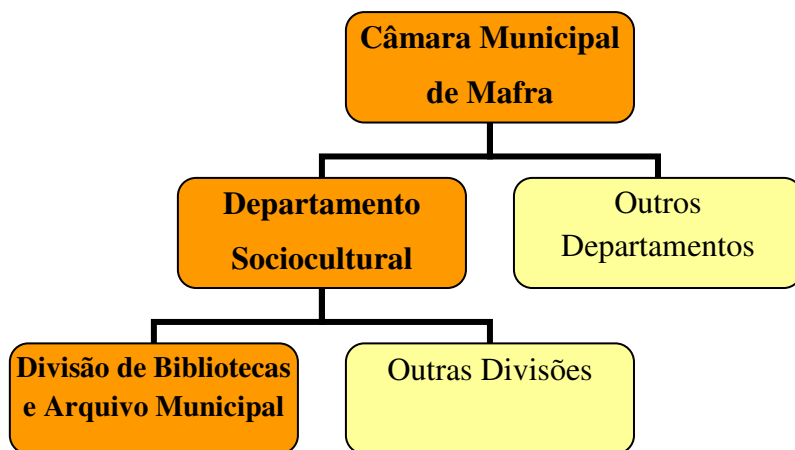


Gráfico 1 – Extracto do Organograma dos Serviços da Câmara Municipal de Mafra

As atribuições e competências do Arquivo Histórico estão fixadas no art.º 37, n.º 1.2-2 do Aviso n.º 1414/2009 de 14 de Janeiro.

Compete ao Arquivo Municipal o seguinte:

- Proceder à organização, descrição arquivística, protecção e conservação dos fundos arquivísticos de acordo com as normas existentes, bem como elaborar instrumentos de descrição arquivística tal como guias, catálogos e inventários;
- Proceder à definição de procedimentos relativos à desmaterialização de suportes;
- Assegurar o cumprimento dos procedimentos relativos a transferência da documentação de conservação definitiva de acordo com o plano de classificação;
- Apoiar os Serviços Municipais na pesquisa, recolha de informação e gestão documental;
- Proceder à definição de procedimentos e critérios relativos ao empréstimo, consulta e reprodução de documentação de acordo com o seu estado de conservação;
- Assegurar as medidas de protecção e preservação dos fundos em depósito;
- Promover e apoiar acções que visem a aquisição, depósito e doação de documentos de interesse municipal;

- Apoiar os utilizadores, orientando-os na pesquisa de documentos;
- Assegurar o controlo das requisições de consulta e reprodução;
- Promover acções de difusão, a fim de tornar acessíveis as fontes, bem como valorizar e divulgar o património documental do Concelho.

A criação do Arquivo Histórico remonta ao ano de 1992 quando se sentiu a necessidade de transferência da documentação do fundo antigo que se encontrava na Ala Sul do Palácio Nacional de Mafra, local onde a Câmara Municipal de Mafra tinha instalado os seus serviços.

Nesse fundo antigo, encontrava-se documentação pertencente à Câmara Municipal de Mafra e às câmaras municipais extintas pelas várias reformas administrativas. Além desta documentação, existia outro conjunto documental de carácter municipal depositado na Biblioteca Municipal de Mafra, inventariada em 1958 por Guilherme José Ferreira da Assunção, director da Biblioteca Municipal.

Parte desta documentação (cerca de 30%) perdeu-se, muito em parte devido à consulta menos controlada a que foi sujeita, quando confrontada com a relação dos manuscritos existentes na Biblioteca Municipal elaborada em 1958 pelo director da Biblioteca.

Esta situação só viria a ser remediada com a constituição de um Arquivo Histórico em 1992, estabelecido na Casa de Cultura D. Pedro V, agora capaz de guardar e tratar de forma mais consciente todo o acervo documental até então disperso pela Biblioteca Municipal e pelo Palácio Nacional de Mafra. Ainda assim, o depósito de arquivo da Casa de Cultura D. Pedro V instalado no sótão não se encontra construído nem vocacionado para albergar um depósito de arquivo. No entanto, por parte do serviço, é feito o esforço para garantir as condições de temperatura e humidade ideais.

O acervo documental do AHMM reúne cerca de 900 metros lineares de documentação em suporte papel, documentação gráfica e fotografia, produzidas entre 1513 e 1970.

Entre os anos 2000 e 2004, o serviço melhorou devido à informatização da descrição e acesso documental, através da aplicação ArqHist, fornecida pela empresa portuguesa SHP. No entanto, uma das prioridades actuais incide exactamente sobre a modernização da aplicação, estando esta já em estudo.

Actualmente, o AHMM é dirigido pela Dr.^a Maria de Lurdes Rodrigues, Licenciada em História e Técnica Superior de Arquivo, co-adjuvada por um grupo de cinco Assistentes Administrativas. As suas funções têm-se desenvolvido no esforço pelo cumprimento das atribuições do Arquivo Histórico, já enunciadas anteriormente.

Mais recentemente, a sua actividade tem-se alargado aos restantes depósitos de arquivo da Câmara Municipal de Mafra, resultando na organização de um único arquivo com uma organização uniforme. Para além da Casa de Cultura D. Pedro V, onde se encontra o depósito do arquivo histórico, os outros depósitos de arquivo localizam-se nos Paços do Concelho e no edifício sede da Protecção Civil Municipal.

I.3 – Metodologia utilizada

A metodologia aplicada na abordagem ao tema iniciou-se com leituras exploratórias, sendo complementadas com leituras específicas conforme as actividades realizadas. Optou-se também por verificar a documentação que ia ser tratada, de modo a compreender o âmbito e conteúdo desta, permitindo a elaboração da sua história administrativa, não sem complementar com o estudo dos diplomas legais regulamentadores da actividade da instituição.

Esta fase de trabalho foi determinante, pois a documentação a tratar estava organizada tematicamente, subordinada ao tema “turismo”, não havendo ainda conhecimento se se estava perante documentação resultante do desenvolvimento das actividades de uma instituição ou várias instituições, ou seja, um ou mais arquivos.

Uma vez que as unidades documentais se encontravam previamente higienizadas, procedeu-se à descrição arquivística multinível na base de dados ArqHist. Para o cumprimento desta fase não se poderia prosseguir sem elaborar um estudo sobre as normas e orientações para a descrição arquivística, nomeadamente as normas ISAD(G)⁶,

⁶**ISAD(G) Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística:** adoptada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de Setembro de 1999. Conselho Internacional de Arquivos; Trd. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo. 2ª Ed. Lisboa: IAN/TT, 2004.

NODAC⁷, SEPIADES⁸ e as orientações da ODA⁹, para determinar o grau de profundidade da descrição em cada nível arquivístico.

Em complemento do estudo das normas e orientações, sentiu-se a necessidade de perscrutar o perfil dos utilizadores actuais do arquivo, tendo em atenção o seu acervo fotográfico. Nesta fase, foi feito um levantamento exaustivo dos assuntos/temas retratados nas fotografias de modo a aferir o seu potencial para o estudo da história do concelho de Mafra, sobretudo.

O estágio finalizou com a reintegração intelectual das fotografias no seu contexto de produção administrativo, através da descrição arquivística no conjunto de campos baseados na norma ISAD(G).

I.4 – Calendarização das actividades

As actividades realizadas decorreram durante as 120 horas obrigatórias, a um ritmo de 6 horas por dia, num total de 20 dias. Os trabalhos iniciaram-se no dia 3 de Maio de 2010 e foram concluídos a 9 de Junho de 2010. Em relação ao cronograma apresentado anteriormente no Plano de Actividades, verificaram-se alguns desvios sendo abaixo apresentado o cronograma final, de forma a clarificar a sequência e/ou concomitância de actividades.

⁷ **Norma de Descripción Archivística de Cataluña (NODAC)**. Cataluña: Departament de Cultura i Mitjans de Comunicació, 2007.

⁸ **SEPIADES**: Advisory Report on Cataloguing Photographic Collections. Draft version 3.0, SEPIA Working Group Descriptive Models for Photographic Collections. Amsterdam: European Commission on Preservation and Access, 2003.

⁹ Direcção-Geral de Arquivos. Programa de normalização da descrição em arquivo; grupo de trabalho de normalização da descrição em arquivo – **Orientações para a Descrição Arquivística**. 2ª Versão. Lisboa: DGQAR, 2007.

Actividades	Dias (6h por dia)																			
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
1. Leituras exploratórias e específicas	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
2. Estudo documental e legislativo para a elaboração de história institucional	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>																		
3. Estudo das normas e orientações para a descrição arquivística			<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>													
5. Estudo do perfil de utilizador actual do AHMM						<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>													
6. Descrição multinível da documentação textual								<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>								
7. Estudo de utilizadores potenciais													<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>						
8. Descrição da documentação fotográfica															<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Capítulo II – Fotografia em contexto arquivístico: reflexão e análise

II.1 – A visão sistémica dos arquivos

Antes de prosseguir, importa definir sucintamente o invólucro teórico da teoria sistémica, que suscitou a reflexão base do desenvolvimento deste relatório, e dos conceitos que nela são operantes, bem como os pressupostos epistemológicos fundamentais.

A visão sistémica dos arquivos subordina o conceito de documento (entendido como uma realidade estática onde informação + suporte são duas propriedades indissociáveis) à noção operatória de **informação**, entendida como “conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registadas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multi-direccionada¹⁰”. Além disso, introduz a teoria sistémica no fenómeno e processo info-comunicacional, partindo dos pressupostos de que a produção e uso de informação é inerente à sociedade e indissociável do ser humano e o entendimento da informação como sistema implica a superação das divisões convencionais ainda vigentes, sobretudo a distinção entre Arquivo e Biblioteca¹¹.

A componente orgânica é fundamental e o contexto produtivo deve ser valorizado e evidenciado. Visto a informação ser um “produto” social e uma das suas propriedades é ser estruturável pela acção do ser humano e da sociedade, conhecer os moldes desse contexto produtivo torna-se absolutamente vital. Além disso, é fundamental para que no tempo os documentos mantenham a sua autenticidade e integridade, isto é, que se conservem eficazes e operantes dentro do seu contexto. Admite ainda, para um mesmo documento, a existência de várias “ordens originais”, “legitimamente produzidas para suportar necessidades e contingências de conservação, acesso e utilização dos

¹⁰ RIBEIRO, Fernanda – “Organizar e representar informação: apenas um meio para viabilizar o acesso?” in Revista da Faculdade de Letras/Ciências e Técnicas do Património. I Série, Vol. IV. Porto, 2005, p.92.

¹¹ PINTO, Manuela Azevedo, SILVA, Armando Malheiro da – *op. cit.* p.7.

documentos com valor administrativo por parte da organização produtora”¹². A responsabilidade do arquivista consiste na identificação, conservação e valorização de todas essas ordens originais, tornando o seu trabalho extremamente complexo e muito mais exigente.

II.2 – Fotografia – documento de arquivo

Neste ponto não se pretende elaborar a história da evolução da fotografia, nem discorrer sobre os seus diversos usos, aplicações, leitura ou metodologias de tratamento ao longo dos tempos. Ambiciona-se antes expor de forma sucinta o modo como esta é encarada em contexto arquivístico.

Actualmente, é ponto assente o facto de a fotografia não ser o resultado inocente da produção de imagem. Não é uma captação inócua ou mecânica da realidade, “mas antes uma linguagem relativamente estruturada nas suas formas e significados, e trabalhada por uma história que se foi progressivamente enriquecendo”¹³. Desta forma, a fotografia, como uma representação icónica, assume uma forma muito mais codificada do que habitualmente se admite¹⁴.

Na criação da fotografia confluem diversas variáveis subjectivas directamente relacionadas com o seu produtor. Designadamente aquelas que se resumem à técnica da captação da fotografia. Na “escrita de luz” actuam variavelmente o tipo de suporte, a visualização monocromática ou a cores, a perspectiva utilizada para captar aquilo que se pretende representar... ou seja, todo um conjunto de variáveis que condicionam a forma de conhecer o significado de uma fotografia.

Assim, podem destacar-se, segundo Félix del Valle Gastaminza¹⁵, a existência de três momentos distintos onde a fotografia assume significados diferenciados, nomeadamente aquando da criação, do tratamento documental e da utilização.

¹² VIEIRA, JOÃO – “A arquitectura dos arquivos. Reflexões em torno do conceito de ordem original” *in* **Páginas a&b**, N.º 17, Lisboa, 2006, p. 19.

¹³ BAURET, Gabriel – **A Fotografia. História – Estilos – Tendências – Aplicações**. Lisboa: Edições 70, 2006, p.10.

¹⁴ VALLE GASTAMINZA, Félix del (Ed.) – **Manual de Documentación Fotográfica**. Madrid: Editorial Síntesis, 1999, p.13.

¹⁵ Reflexão abreviada desta questão em: SÁNCHEZ VIGIL, Juan Miguel – **El Documento fotográfico. Historia, usos, aplicaciones**. Gijón: Ediciones Trea, S.L., 2006, p.177.

A fotografia é subjectiva desde a sua criação, pois aqui actuam os interesses específicos do autor na escolha de que parte da realidade pretende captar, o espaço eleito e a técnica utilizada na captação, entre os quais o foco, a perspectiva e a profundidade do plano. No momento do tratamento documental, a fotografia é exposta a leituras denotativas e conotativas, raramente aquilo que é lido na imagem corresponde literalmente ao que o autor pretendeu que se lesse aquando da captação. Finalmente, a utilização dada à fotografia pode ser exclusivamente uma, mas quando esta integra centros de informação a aplicação e o contexto dado por quem (re)utiliza essa fotografia podem ser tão diversos e múltiplos quanto o número de pessoas que a utilizam.

Todas estas características, associadas ao facto de a fotografia assumir a forma de um documento polissémico, ficando sujeita a várias interpretações, acentuam a necessidade de a não desligar de um contexto especificamente documental. Com isto, assume-se que ler/interpretar correctamente uma fotografia implica conhecer o seu âmbito de produção. No caso de entidades públicas, sobretudo, importa conhecer a importância e lugar da fotografia no contexto administrativo de produção, independentemente das aplicações e usos a que posteriormente foi sujeita.

Hoje é consensual assumir o carácter documental da fotografia, ainda que inicialmente esta tenha sido entendida, no contexto de arquivo, não a título de curiosidade, mas como um anexo indissociável do documento escrito a que muitas vezes faz referência.

Verifica-se que a fotografia, independentemente do processo de criação que lhe está associado, pode estar contida num arquivo, uma vez que se insere perfeitamente neste conceito: “conjunto orgânico de documentos, independentemente da sua data, forma e suporte material, produzidos ou recebidos por uma pessoa jurídica, singular ou colectiva, ou por organismo público ou privado, no exercício da sua actividade e conservados a título de prova ou informação”¹⁶. Assim, documento é apresentado, entre outras acepções, como algo que sirva para ilustrar ou comprovar alguma coisa¹⁷. Ainda que exista uma pluralidade de suportes usados na fixação da imagem, estes fazem da fotografia um documento de arquivo equiparado a qualquer outro.

¹⁶ ALVES, Ivone (et. al.) – **Dicionário de Terminologia Arquivística**. Lisboa, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993, p. 3.

¹⁷ SÁNCHEZ VIGIL, Juan Miguel – *op. cit.* p.13.

Em conclusão, é absolutamente indiscutível o estatuto ocupado pela fotografia no âmbito do arquivo, uma vez que esta assume uma elevada importância aos vários níveis: administrativo, informativo, social, histórico, artístico, entre aqueles relacionados com os processos físicos e químicos imprescindíveis à captação de imagem.

II.3 – A fotografia nos arquivos portugueses

Em Portugal, a fotografia encontra-se disseminada um pouco por todos os arquivos, resultante da actividade dos organismos ou por diversas acções de aquisição de espólios de casas fotográficas, leilões, legados ou avenças com fotógrafos.

Ainda assim, importa destacar a importância do Centro Português de Fotografia (CPF)¹⁸ (Porto), criado no ano de 1997, e o Arquivo Nacional Torre do Tombo (Lisboa). No ano de 2007, ambos passaram a ser tutelados pela Direcção-Geral de Arquivos (DGARQ). Nestes encontra-se concentrada a maior quantidade e mais rica informação em suporte fotográfico.

A Portaria n.º 372/2007 estabelece as competências do CPF, que deve promover, salvaguardar e valorizar o património fotográfico de que detém a custódia, fomentar o tratamento arquivístico das espécies no que respeita à sua preservação e conservação, descrição e difusão, de acordo com as orientações da DGARQ¹⁹.

Importa também salientar a relevância no panorama português do Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa²⁰, que conta com um acervo de cerca de 600 000 imagens, estando uma parte destas já digitalizada e disponível ao público.

É importante, mais uma vez, referir a sensação comum nos arquivos portugueses quanto ao estatuto dúbio da fotografia e o tratamento documental que daí decorre, o que também fundamenta a natureza deste estágio. Verifica-se que pela enorme carga artística e museológica que a fotografia encerra inevitavelmente, ela é vista mais pelo

¹⁸ Para mais informação sobre o património do CPF consultar: <http://www.cpf.pt/patrimonio.htm> [consult. em: 04.08.2010]

¹⁹ DGARQ/CPF - **Guia de Fundos e Coleções Fotográficas 07**. Lisboa: DGARQ, 2007, p. 8.

²⁰ Consultar: <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/default.asp?s=12079&ctd=3853> [consult. em: 04.08.2010]

seu valor secundário, histórico, e não tanto como um qualquer documento resultante da actividade e função de uma determinada instituição²¹ ou indivíduo singular. A acção daí decorrente tem levado a considerar as espécies fotográficas (negativos, provas ou diapositivos) individualmente, em detrimento de um enquadramento global, o que hipoteca a visão do todo que é muito maior que a soma das partes que o compõem.

II. 4 – Estudo das normas e orientações para a descrição arquivística

Posto que o trabalho consiste num “contributo para uma metodologia de descrição fotográfica em contexto arquivístico²²”, não se poderia avançar sem antes efectuar um estudo sobre as normas e orientações para a descrição de documentos em arquivo.

Nesta fase elegeram-se como objecto de estudo as seguintes normas e orientações: ISAD(G), ODA, NODAC e SEPIADES, já que existe a universalidade na sua aceitação/utilização, pelos órgãos nacionais dos diversos países que se inserem que no contexto do Conselho Internacional de Arquivos, órgão internacional coordenador das práticas arquivísticas.

Antes disso, importou saber o que no âmbito do Conselho Internacional de Arquivos é compreendido e conceptualizado como descrição arquivística. Chegou-se, assim, ao seguinte conceito: “Elaboração de uma representação exacta de uma unidade de descrição e das partes que a compõem, caso existam, através da recolha, análise, organização e registo de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar a documentação de arquivo, assim como o contexto e o sistema de arquivo que a produziu”²³.

A partir deste conceito, verifica-se que a descrição deixa de ser uma actividade estática, para se inserir no vasto circuito de gestão de informação em arquivo, sobretudo de controlo da informação.

II.4.1- ISAD(G) – International Standard of Archival Description (General)

A ISAD(G) resultou do compromisso assumido pelo Comité de Normas de Descrição do Conselho Internacional de Arquivos em criar um instrumento capaz de nortear as

²¹ DGARQ/CPF - **Guia de Fundos e Coleções Fotográficas 07**. Lisboa: DGARQ, 2007, p. 13.

²² Complemento de título do presente Relatório de Estágio

²³ **ISAD(G) Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (...)**, p.13.

políticas de descrição arquivística assumidas em cada arquivo em particular. A sua segunda e actual edição é o resultado de um processo contínuo de estudo de pareceres por parte de diversas instituições internacionais, contribuindo para a melhoria da sua aplicabilidade efectiva.

É de notar que é à sombra desta norma que se vão desenvolver as orientações criadas pelos órgãos directores da actividade arquivística em cada país. Em Portugal, o Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (actual DGARQ) desenvolveu as Orientação para a Descrição Arquivística (ODA), completada no ano de 2007, num esforço em verter para o âmbito institucional português, de forma mais ampliada e com base em exemplos, os princípios gerais da ISAD(G).

No mesmo sentido, actuou o Departamento da Cultura do Governo da Catalunha que desenvolveu a Norma de Descripción Archivística de Cataluña (NODAC), concluída em 2007. Ainda que tenha um teor semelhante à ODA, a NODAC mereceu alguma atenção pois esta ampliou os conteúdos referentes aos suportes de informação, nomeadamente a fotografia (processos fotográficos e formatos), o que se revestiu de especial interesse quando enquadrado no âmbito deste estágio.

A técnica²⁴ de descrição preconizada pela a ISAD(G) é a descrição multinível, que consiste na descrição hierárquica das unidades arquivísticas, segundo a dependência dos níveis inferiores aos níveis superiores.

Os princípios²⁵ básicos da ISAD(G) assentam na descrição do geral para o particular; descrição de informação relevante em conformidade com o nível de descrição; ligação entre descrições, deixando explícita a posição da unidade de descrição dentro da hierarquia; evitar repetição de informação que já tenha sido descrita ao nível superior.

II.4.2 – SEPIADES – Safeguarding European Photographic Images for Access – Data Element Set

As orientações presentes no SEPIADES vieram a prelo em 2003 pelo esforço da European Commission on Preservation and Access em apresentar um conjunto de

²⁴ ISAD(G) Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (...), p.16.

²⁵ ISAD(G) Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (...), p.16.

elementos norteadores da descrição de documentos fotográficos que suprimisse o carácter amplo e flexível da aplicação da norma ISAD(G), quando focalizada na descrição de fotografias.

Surge assim este modelo extremamente pormenorizado e altamente focalizado na descrição estrita de imagens fotográficas. Ainda assim, não é considerado um modelo impreterível e inflexível, mas assume que só parte dos elementos descritivos se revestem de carácter efectivamente essencial²⁶.

A sua base conceptual é a norma ISAD(G), no que respeita à observância da técnica de descrição multinível e dos princípios já enunciados no ponto anterior.

Para além do estudo comparativo das normas e orientações atrás enunciadas, foi também considerada a base de dados ArqHist utilizada pelo AHMM para a descrição arquivística e recuperação de informação. A estrutura de campos apresentada nesta base de dados baseia-se na Primeira Versão da Norma ISAD(G). Esta informação foi fornecida pela Orientadora Local, uma vez que não se teve conhecimento da Primeira Versão da Norma ISAD(G).

II.4.3 – Comparação dos elementos de descrição

O passo seguinte consistiu na elaboração de uma tabela comparativa de modo a sistematizar o âmbito de aplicação de cada campo descritivo. No entanto, prescindiu-se de mencionar a ODA e a NODAC nesta tabela pois seguem estritamente as zonas e os campos da ISAD(G).

No que respeita ao SEPIADES, pelo facto de este ser extremamente complexo, foi registada somente a informação que se considerou específica no âmbito da descrição de fotografia, que não era suficientemente suprida pelos campos da ISAD(G).

²⁶ **SEPIADES:** Advisory Report on Cataloguing Photographic Collections. Draft version 3.0, SEPIA Working Group Descriptive Models for Photographic Collections. Amsterdam: European Commission on Preservation and Access, 2003, p.8.

Optou-se pela realização deste exercício para poder aferir se os campos descritivos existentes e usados no AHMM conseguiriam colmatar a necessidade de descrição de fotografia reintegrada no seu contexto de produção textual.

ISAD (G)	ArqHist	SEPIADES
ZONA DE IDENTIFICAÇÃO	ZONA DE IDENTIFICAÇÃO	
3.1.1 – Código de Referência	Código de Referência	
3.1.2 - Título	Título	Relevância em distinguir entre título explícito e título inferido (C.3.1.)
3.1.3-Data	Data de produção inicial Data de produção final Data de produção descritiva	
3.1.4-Nível de descrição	-----	
3.1.5-Dimensão e suporte	Dimensão	Dimensão (medidas exactas) Suporte utilizado no processo fotográfico
ZONA DE CONTEXTO	ZONA DE CONTEXTO	
3.2.1-Nome do produtor	Nome do produtor	
3.2.2-Hist. Administrativa e Biográfica	História	
3.3.3-Hist. Custodial e Arquivística	História custodial	
3.3.4- Fonte imediata Aquisição e Transferência	Fonte imediata de aquisição	
	Casa Fotográfica	
	Data da acumulação inicial	
	Data da acumulação final	
	Gráfica	
	Editores	
	Desenhador	
ZONA DE CONTEÚDO E	ZONA DE CONTEÚDO E	

ESTRUTURA	ESTRUTURA	Campo privilegiado para a Descrição do conteúdo visual da imagem.
3.3.1-Âmbito e conteúdo	Âmbito e conteúdo	
		Inscrições
3.3.2- Avaliação, selecção e eliminação	Avaliação, selecção e eliminação	
3.3.3- Ingressos adicionais	Incorporações	
3.3.4- Sistema de organização	Organização e ordenação	
	Classificador	
ZONA DAS CONDIÇÕES DE ACESSO E UTILIZAÇÃO	ZONA DAS CONDIÇÕES DE ACESSO E UTILIZAÇÃO	
3.4.1- Condições de acesso	Condições de acesso e utilização	
3.4.2- Condições de reprodução	-----	
3.4.3- Idioma/escrita	Idioma	
3.4.4- Caract. Físicas e requisitos téc.	Características físicas	Referir: Cor; Polaridade; Base; Processo fotográfico
		Estado de conservação
3.4.5- Instrumentos de descrição	-----	
	Copyright	
	Auxiliares de pesquisa	
	Estatuto	
	Cota original	
	Cota antiga	
	Cota actual	
ZONA DA DOCUMENTAÇÃO ASSOCIADA	ZONA DE MATERIAIS ASSOCIADOS	
3.5.1- Existência e localização de originais	Localização de originais	
3.5.2- Existência e localização de cópias	Existência de cópias	
3.5.3- Unidades de descrição	Unidades arquivísticas	

relacionadas	relacionadas	
3.5.4- Nota de publicação	-----	
	Entidades detentoras de unidades arquivísticas relacionadas	
	Fontes e bibliografia	
ZONA DAS NOTAS	ZONA DAS NOTAS	
3.6.1- Notas	Notas	
ZONA DO CONTROLO DA DESCRIÇÃO	ZONA DE CONTRASTE DE DESCRIÇÃO	
3.7.1- Nota do Arquivista	Notas de Arquivística	
3.7.2- Regras ou convenções	Regras e convenções	
3.7.3- Data das descrições	Data de descrição	

Tabela 1 – Comparação dos campos de descrição entre a norma ISADG), a base de dados ArqHist e as orientações do SEPIADES

Nota: As palavras escritas em *itálico* são aquelas existentes apenas na base de dados ArqHist; as palavras em sublinhado correspondem a expressões semelhantes às usadas na norma ISAD(G).

Analisando a tabela acima, verificamos que entre os campos acrescentados se encontram aqueles que se referem à data, multiplicando-se em “Data de produção inicial”, “Data de produção final” e “Data de produção descritiva”. Em complemento do campo “Fonte imediata de aquisição e transferência” da ISAD(G) existem os campos “Casa fotográfica”, “Data de acumulação inicial”, “Data de acumulação final”, “Gráfica”, “Editores” e “Desenhador”, o que no âmbito da descrição de imagens, em especial de fotografias, se reveste de utilidade.

No campo “Sistema de organização” da ISAD(G), a aplicação ArqHist apresenta o campo “Classificador”. O campo “Instrumentos de descrição” foi complementado pelos elementos seguintes: “Copyright”, “Auxiliares de pesquisa”, “Estatuto”, “Cota original”, “Cota antiga” e “Cota actual”.

Esta tripartição do campo “cota” foi criada de forma a registar convenientemente as várias cotações da documentação (sobretudo material livro) ao longo do tempo. A “cota original” refere-se àquela aposta na lombada do livro, por vezes através de incisão. A “cota antiga” verifica-se quando é aposta uma segunda cota, normalmente através de papel colado na lombada do livro. A “cota actual” é aquela atribuída pelo serviço de arquivo, indicando a localização espacial da unidade de instalação no depósito de arquivo.

Ainda relativamente ao campo “cota”, importa informar que, aquando da descrição arquivística realizada, este campo foi devidamente preenchido. No entanto, no instrumento de descrição documental apresentado neste relatório, optou-se pela omissão desta informação, por uma questão de segurança.

No que se refere ao campo “Nota de publicação”, o ArqHist foi completado pelos elementos “Entidades detentoras de documentação relacionada” e “Fontes e bibliografia”.

Quanto às orientações presentes no SEPIADES, verificou-se que os campos “A (Institute)” e “B (Aquisition)” nos seus diversos sub-campos revelam-se dispensáveis, uma vez que a informação associada ao campo Institute já é utilizada pelo ArqHist na primeira página de descrição relativa à instituição detentora, e a do campo Aquisition encontra-se com resposta suficiente nos campos “História Custodial e Arquivística” e “Incorporações”.

Sentiu-se, porém, a necessidade de adaptar os elementos norteadores da descrição ao campo “dimensão”. No caso da descrição de peças fotográficas, este campo deverá conter os diversos componentes da fotografia: suporte, formato e processo fotográfico.

Anteriormente, referiu-se a importância da NODAC a este respeito, especialmente no elemento “Volume y soporte” no campo “1.5.F3 Regla²⁷”, dedicado aos formatos específicos da fotografia. Após se ter verificado que os formatos das fotografias tratadas diferiam das medidas constantes da NODAC, decidiu-se colocar esta norma de parte, optando-se por medir os formatos das fotografias individualmente.

²⁷ **Norma de Descripción Archivística de Cataluña (NODAC)**. Cataluña: Departament de Cultura i Mitjans de Comunicació, 2007, pp. 69-70.

II.5 – Estudo do público actual e potencial do AHMM

Depois de analisadas as normas e orientações de descrição arquivística e para definir a política de descrição para a documentação estudada, importou ainda conhecer o público-alvo do AHMM.

A metodologia seguida baseou-se na consulta mais ou menos sistematizada das requisições de leitura do AHMM. Refere-se “mais ou menos sistematizada” porque os campos de preenchimento dessas fichas foram alterados algumas vezes ao longo do tempo e nem sempre foi possível determinar aspectos de caracterização de leitores que conduzissem a um tipo, tal como: idade, sexo ou nível académico e por vezes era indicado somente o fundo a que a documentação requerida pertencia. Para além disso, os campos raramente eram preenchidos na totalidade.

Diante desta situação optou-se por analisar as fichas de requisição de leitura procurando aferir os assuntos/temas/fundos requisitados para poder perceber as preferências desse público. Foram contabilizadas as ocorrências por cada ficha de requisição, como se sistematiza na tabela abaixo:

Assunto/Tema/Fundo	Número de Ocorrências
Processos de Obras Particulares	233
Câmara Municipal de Mafra	193
Paróquia de Santo Isidoro	179
Recenseamento Eleitoral	16
Administração do Concelho de Mafra	15
Fotografias	15
Junta de Freguesia de Santo Isidoro	14
Câmara Municipal da Ericeira (extinta)	12
Manifestos de Produção de Milho	11
Educação/Recenseamento	9
Comissão de Iniciativa e Turismo de Mafra	8

Câmara Municipal da Azueira (extinta)	6
Juiz de Fora - Mafra	3
Câmara Municipal de Gradil (extinta)	2
Registos de Alvará	2
Câmara Municipal de Cheleiros (extinta)	2
Câmara Municipal de Enxara dos Cavaleiros (extinta)	2
Livro de Licenças	2
Corporação Marítima	2
Legislação	2
Audiências Câmara Municipal da Ericeira (extinta)	1
Postais	1
Livro de Registos baptismais e de casamentos	1
Notariado	1
Casa Camarate	1
Juízo Ordinário	1
Administração do Concelho da Ericeira	1

Tabela 2 – Ocorrências por assunto/tema/fundo das requisições de leitura do AHMM

Pela análise da informação síntese apurada na Tabela 2, verifica-se que os Processos de Obras Particulares (233 ocorrências) são aqueles mais requeridos, no entanto há que referir que a esmagadora maioria destes processos são pedidos pelos serviços internos da Câmara Municipal de Mafra para a resolução de problemas correntes, ainda que em algumas das vezes essa variância não seja perceptível, pois é indicado somente o nome do requerente, sem a identificação se é ou não funcionário do Município.

Depois, verifica-se o volumoso número de consultas feitas à documentação referente à administração local: Câmara Municipal de Mafra (193 ocorrências), Administração do Concelho de Mafra (15 ocorrências) e a extinta Câmara Municipal da Ericeira (12 ocorrências). Isto é consequência do tipo de documentação à guarda do AHMM, maioritariamente reflexo da vida administrativa do concelho de Mafra.

Podemos igualmente verificar a enorme adesão ao fundo da Paróquia de Santo Isidoro (179 ocorrências) e da Junta de Freguesia de Santo Isidoro (14 ocorrências), o que é sintomático de que público-alvo não representa uma realidade estática, mas extremamente mutável e muito sujeito a “modas”²⁸ de utilização da informação. Este número bastante considerável de consultas veio na sequência do contrato de depósito celebrado entre a Câmara Municipal de Mafra e as entidades produtoras da documentação, anteriormente referidas.

Importa ainda referir as requisições de fotografias, a maioria pelos serviços internos da Câmara Municipal de Mafra para utilização nas publicações municipais. Verifica-se que algumas destas fotografia fazem parte do conjunto documental da Comissão Municipal de Turismo de Mafra, mas até à elaboração deste trabalho elas eram apenas mencionadas como provenientes da “coleção de fotografia da Câmara Municipal de Mafra”, sem se ter em atenção à sua proveniência.

Ainda que seja absolutamente determinante conhecer o público-alvo de um arquivo para definir a política de descrição a aplicar, é de notar que os estudos produzidos são escassos e de fraca aplicabilidade²⁹, pecando pela falta de universalidade dos mesmos, pois o seu interesse é de aplicação meramente local. Este facto é mais flagrante na realidade da arquivística que na biblioteconomia, onde os estudos são bem mais abundantes e de aplicação mais universal.

Cada vez mais, a utilização da informação é considerada do ponto de vista do uso que lhe é conferido do que pelos “pré”conceitos associados ao perfil do seu “consumidor”, uma vez que o utilizador impõe significado à informação à luz das suas estruturas cognitivas e emocionais. O seu uso é situacional, já que o indivíduo faz parte de um

²⁸ LUCAS, André – **Estudo de usuário como estratégia para gestão da informação e do conhecimento: um estudo de caso.** Disponível em: dialnet.unirioja.es/servlet/fichero_articulo?codigo=2684253&orden=0 [Consult. em: 20.05.2010]

²⁹ FIGUEIREDO, Nice Menezes de – **Estudos de usuários como suporte ao planejamento e avaliação de informação**, p.127. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1438/1056> [Consult. em: 20.05.2010]

meio profissional ou social que afecta directamente as suas escolhas de informação e o uso que faz a partir das opções tomadas³⁰.

Para além disso, a premissa de quanto maior a quantidade de informação disponibilizada mais se consegue suprir as necessidades de informação dos utilizadores já foi contestada, pois a informação em excesso reduz a produtividade, sufocando a curiosidade do cientista³¹.

A verificação do quão complexa se torna a realização de estudo de utilizadores para uma realidade concreta e local conduziu a que se mudasse a questão central. Preferiu-se questionar “para que” se destina a informação em vez de “para quem”. Alterando as premissas, altera-se a perspectiva e afasta-se os perigos de maior focalização no leitor.

Aqui, constatou-se que o exercício deveria ser realizado no sentido inverso. Isto é, não procurar as necessidades dos utilizadores, mas evidenciar as potencialidades da informação contida na documentação tratada. A partir deste ponto, as possibilidades de pesquisa aumentam incrivelmente, porque “muitos utilizadores não têm a perfeita noção das suas necessidades de informação, senão quando recebem essa informação”.³²

Depois de alterada a perspectiva sobre a forma de encarar o público-alvo para a delineação de uma estratégia de descrição e referindo-se preferencialmente o público potencial ou expectável, optou-se por aferir os conteúdos/assuntos retratados, sobretudo nas fotografias, de modo a aprofundar a um nível maior ou menor os campos de descrição.

³⁰ CHOO, Chun Wei – Como ficamos sabendo – um modelo de uso da informação. 2003 *Cit. in*. COSTA, Luciana Ferreira da, SILVA, Alan Curcino Pedreira da, RAMALHO, Francisca Arruda – **(Re)visitando os estudos de usuário: entre “tradição” e o “alternativo”**. In DataGramaZero, vol. 10, n.º 4, 2009.

³¹ FIGUEIREDO, Nice Menezes de – *op. cit.*, p.133. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1438/1056> [Consult. em: 20.05.2010]

³² FIGUEIREDO, Nice Menezes de – **Estudos de usuários como suporte ao planejamento e avaliação de informação**, p.133. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1438/1056> [Consult. em: 20.05.2010]

Assim, procurou-se identificar o tipo de informação encapsulada nas fotografias,³³ nomeadamente os temas e cenas principais, fazendo uma primeira aproximação ao conteúdo visual sem entrar pelos caminhos complexos da semiótica da imagem.

Acresce ainda referir que, ao tornar as fotografias “visíveis” através da descrição, devolvendo-as ao seu contexto de produção original, está-se a difundir igualmente a documentação textual associada. Assim, tanto uma como outra saem valorizadas e a promoção do estudo sobre a Comissão Municipal de Turismo de Mafra, neste caso, torna-se mais efectiva.

Conclusão de capítulo

Pelo que foi dito atrás e no complemento da metodologia seguida na realização deste Estágio, verificou-se a necessidade de realizar o enquadramento teórico e técnico da fotografia como documento de arquivo, mas mais que isso, como informação, vista segundo o prisma da teoria sistémica.

Além disso, importou estudar as normas e orientações para a descrição arquivística, para que se pudesse decidir, numa fase posterior, quanto aos níveis arquivísticos e elementos de descrição necessários que destacassem as potencialidades informativas da fotografia, tendo-se verificado ainda que também os estudos de público actual/potencial devem ser reequacionados, privilegiando-se o conteúdo informativo dos documentos, em detrimento das categorias tão múltiplas e mutáveis de utilizadores dos arquivos.

³³ A informação daqui colhida será tratada na no sub-capítulo III.10, visto ter sido preponderante para a construção do vocabulário controlado e tornava-se desnecessária a sua duplicação no corpo deste Relatório de Estágio.

Capítulo III – O objecto de estudo: a documentação fotográfica da Comissão Municipal de Turismo de Mafra

III.1 – História Administrativa da Comissão Municipal de Turismo de Mafra

De forma a compreender o contexto de actividade da Comissão Municipal de Turismo de Mafra, importa ainda discorrer brevemente sobre a emergência da actividade e conceito de turismo em Portugal e os moldes teóricos que conheceu.

O conceito de turismo deriva do inglês “tourism” e que terá sido utilizado pela primeira vez por Alexander Slidell Mackenzie no livro *Spain Revisited*, publicado em 1826. No que respeita à origem, a palavra inglesa “tour” surge documentalmente referenciada pela primeira vez em 1760, remontando a 1746 a frase “to take a turn”³⁴.

O desenvolvimento da actividade turística decorreu grandemente no século XX, sendo diversificadas as definições dos vários estudiosos sobre o tema. Importa, ainda assim, destacar a definição de Artur Bormann, no ano de 1929³⁵: “Turismo é o conjunto de viagens cujo objectivo é o prazer, motivos comerciais ou profissionais, e durante os quais a ausência da residência habitual é temporária”.

Neste conceito está implícita a deslocação de pessoas para áreas fora da sua residência, o que implica que o local para onde se deslocam tenha condições materiais para as albergar; deixa explícito a noção de procura de bem-estar associada aos que praticam turismo; abrange as razões comerciais e profissionais, não se resumindo a tempos de férias na satisfação de necessidades lúdicas, culturais e desportivas.

Cruzam-se nos diversos conceitos de turismo três elementos essenciais: o dinâmico (deslocação), o estático (a estadia num local diferente da residência habitual) e o finalístico (compreendendo um alargado leque de motivações).

Em Portugal, as preocupações relacionadas com o turismo surgem na I República, pela Lei nº 1152, de 23 de Abril de 1921. Esta estabeleceu, com carácter pioneiro, órgãos

³⁴ TORRES, Carlos – “O conceito de Turismo” In **Turisver**, Ano XVII , nº 575, 2002. Disponível em: <http://carlosmtorres.blogspot.com/2008/01/o-conceito-de-turismo.html> [Consul. em: 07.04.2020]

³⁵ Elegeu-se esta definição por remeter à década de 1920, na qual se enquadra a emergência do mesmo conceito em Portugal.

locais de turismo em sede municipal, ao criar as denominadas comissões de iniciativas em todas as estâncias hidrológicas e outras, praias, estâncias climatéricas, de altitude, de repouso, de recreio e de turismo.

As estâncias podiam abranger a totalidade ou, mais frequentemente, uma parte da área de um município. A finalidade da criação das comissões de iniciativas era a da promoção do desenvolvimento das estâncias, executando para o efeito obras de interesse geral ou iniciativas para aumentar a sua frequência e o fomento do turismo.

Não integravam a administração autárquica e eram constituídas por aproximadamente onze vogais, representando em proporção, mais ou menos equivalente, entidades públicas e privadas, não raro com prevalência para estas últimas, cujo mandato tinha a duração de um biénio.

Para prover às suas despesas cobravam uma taxa de turismo e também uma percentagem da contribuição industrial das sociedades que explorassem as concessões de águas minero-medicinais ou que nelas exercessem comércio ou indústria. O mesmo sucedia relativamente à contribuição predial das propriedades da localidade, arrecadando uma percentagem daquele imposto.

No Estado Novo, surgem as Comissões Municipais de Turismo que são criadas quando as Zonas de Turismo (implementadas pelo art. 117º do Código Administrativo de 1940³⁶) coincidem com a sede de Concelho (art. 122). Estas devem dedicar-se à promoção turística das características da zona³⁷. A sua relação com os órgãos do Poder Central faz-se pela estreita colaboração com o Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, seguindo as suas instruções.

A Comissão Municipal de Turismo de Mafra foi instalada no dia 21 de Março de 1937, no cumprimento das disposições do artigo 118º do Código Administrativo de 1940. As Comissões Municipais de Turismo vêm, a par com a Zonas de Turismo, substituir as Comissões de Iniciativas e Turismo, pelo que determina o Código Administrativo de 1940 do art. 117º ao 133º.

³⁶ **Código Administrativo Anotado**. Anadia : Tipografia Comercial, 1942.

³⁷ Zona: termo utilizado em turismo para se referir a uma determinada área turística. Não se confunde com as divisões administrativas ou jurídicas.

As Comissões Municipais de Turismo têm lugar quando nos concelhos existissem “praias, estâncias hidrológicas ou climatéricas, de altitude, de repouso ou de recreio, ou monumentos e lugares de nomeada” (art. 117º). A iniciativa para a criação das Comissões poderia partir da Câmara Municipal ou dos Serviços Centrais de Turismo.

De acordo com o art.º 122, a Comissão Municipal de Turismo tem a seguinte composição: Presidente (Vereador designado pelo Presidente da Câmara); um representante do Secretariado de Propaganda Nacional; um representante da Comissão de Arte e Arqueologia (onde houver); um Delegado de Saúde; um hoteleiro eleito pelos proprietários dos hotéis da zona; um comerciante; o Capitão do Porto ou Delegado Marítimo (onde houver).

O art.º 124 estabelece as competências da Comissão Municipal de Turismo, definindo-a como um órgão com atribuições de colaboração com a Câmara Municipal para o estabelecimento de políticas de turismo conducentes à divulgação e promoção turística do concelho. Assim, deve colaborar na preparação do plano anual de actividade turística; dar parecer sobre quaisquer projectos de obras de interesse turístico; sugerir o que entender por conveniente ao melhoramento das condições turísticas da zona; dar parecer sobre o orçamento dos serviços de turismo; deliberar sobre propaganda, dependendo das verbas que para esse efeito lhes seja atribuído no orçamento municipal (artº.124). No que respeita aos serviços de Secretaria da Comissão Municipal de Turismo, estes serão assegurados directamente pelo pessoal de carteira da Câmara Municipal (artº.125).

Pela leitura dos Livros de Actas das Sessões da Comissão Municipal de Turismo de Mafra (CMTM), verifica-se que do ano 1937 (ano da constituição da Comissão) até ao ano de 1952, os membros da Comissão se reuniam não mais de três vezes no ano, sendo que os assuntos tratados se resumiam à aprovação do Plano de Actividades e Orçamento para o ano seguinte ao corrente, bem como a apreciação dos Orçamentos Suplementares delineados pela Câmara Municipal de Mafra.

No ano de 1952, com a nomeação de António Vaz Antunes para Presidente da Comissão Municipal de Turismo e Vereador da Câmara Municipal de Mafra, houve uma viragem no modo de actuação da mesma Comissão, pelo que se infere da consulta documental efectuada, sobretudo pela maior frequência das reuniões dos membros da Comissão.

O seu âmbito de actuação passa pela necessidade de saber ao certo o valor do imposto de turismo recebido, pago pelos estabelecimentos, de modo a ter maior consciência da disponibilidade de verbas; reger a atribuição de subsídios pela Câmara Municipal de Mafra às Bandas de Música, por exemplo, pedindo que essa concessão seja sujeita a parecer da Comissão; dar orientações no sentido de promover uma melhoria no aspecto geral da Vila (evitar descargas de entulhos em terrenos dentro da Vila, promover a aplicação de regras mínimas de salubridade aos habitantes, caiação das casas com mais frequência, iluminação pública das artérias principais da Vila...); apoio a actividades de carácter desportivo, bem como outras actividades de propaganda turística.

Chega a ser interessante o facto de a CMTM questionar a viúva do Dr. Vergílio Correia (arqueólogo) se entre o seu espólio “foren encontrados alguns elementos acerca da vila de Mafra e seu concelho, com vista a tornar mais valioso o arquivo deste concelho”³⁸, revelando claras preocupações na recolha de informação capaz de sustentar a promoção turística do concelho.

Pode entender-se a constituição destas Comissões Municipais para a promoção turística, uma actividade perfeitamente enquadrável na actuação do Estado Novo, exaltando a cultura popular e acentuando os ideais nacionalistas do Regime.

III.2 – Organização e descrição da documentação

O acervo da Comissão Municipal de Turismo de Mafra é composto por 43 livros, 1 caixa pequena de documentação avulsa e 1 caixa pequena de provas e negativos. Até ao finalizar dos trabalhos contabilizavam-se 103 provas e 8 negativos.

No que respeita ao estado de conservação, na generalidade encontra-se em bom estado. Existem apenas algumas dobras e vincos na documentação em suporte papel, não se verificando a presença de espécies bibliófagas nem marcas de humidade que comprometam a salvaguarda do acervo. No que respeita às provas fotográficas, estão igualmente em bom estado de conservação, existindo em algumas delas rasgões no verso que indicam que estiveram coladas e foram posteriormente descoladas de um outro suporte. Numa parte muito residual, verificam-se pequenas porções de cola.

³⁸Acta de 1 de Abril de 1954, LV03

III.3 – Identificação da documentação

A primeira aproximação à documentação a tratar foi realizada com algum cuidado tendo em conta as diversas vicissitudes a que a documentação foi sujeita anteriormente, nomeadamente a organização de carácter temático aquando da transferência para o actual depósito do AHMM no início da década de 1990. As unidades de instalação tratadas estavam agrupadas e subordinadas ao tema “turismo”, sem atenção ao princípio do respeito pelos fundos e da ordem original.

A organização temática dada à documentação teve origem na formação e conhecimentos de biblioteconomia do responsável pelo AHMM na época, e como até à data não havia sido possível organizar e estudar a documentação, esta ainda se encontrava desorganizada. A primeira abordagem à documentação fez-se por meio da elaboração e preenchimento de uma folha de recolha de dados simples³⁹, procurando responder aos seguintes campos:

- Unidade de Instalação: Indicar a unidade de instalação para o acondicionamento da documentação e, a existir, o seu número;
- Organismo: Como previamente já havia conhecimento de dois organismos diferenciados (Comissão de Iniciativa e Turismo de Mafra e a Comissão Municipal de Turismo de Mafra), à medida que se rastreava as U.I. era indicada a proveniência;
- Tipologia documental/Assunto: De forma a perscrutar o tipo de documentação e que assuntos decorrentes da actividade da instituição eram tratados, estes foram descritos sucintamente, recorrendo-se a uma linguagem livre;
- Datas extremas: Registo do ano ou das datas extremas.

III.4 – Um Arquivo ou dois?

Depois de efectuado o estudo sobre as Comissões Municipais de Turismo, e a de Mafra em particular, e de efectuado o primeiro rastreio sobre a documentação existente, surgiu a necessidade de entender a relação entre a Comissão Municipal de Turismo de Mafra e a Comissão de Iniciativa e Turismo de Mafra. Isto porque, embora tenha sido extinta

³⁹ A Folha de Recolha de dados pode ser analisada no Apêndice I

esta última Comissão, as suas funções de promoção turística no concelho transitaram para a CMTM.

Com base na legislação e na folha de recolha de dados, verificou-se que as Comissões de Iniciativa e Turismo eram totalmente autónomas de qualquer órgão de gestão local, sendo a organização de secretaria, tesouraria e orçamento da sua inteira responsabilidade. Pelo contrário, a actuação da CMTM, que recebe como seu presidente um vereador da Câmara Municipal, depende do que lhe for concedido pelo orçamento do Município e a secretaria e contabilidade são executadas pelos serviços da Câmara.

Por outro lado, os bens patrimoniais da Comissão de Iniciativa e Turismo de Mafra transitaram para a CMTM, estando nestes incluído o acervo documental, como consta do Auto de entrega dos bens da extinta Comissão de Iniciativa e Turismo. Posto isto, importou perceber de que modo a mudança institucional se traduziu na documentação.

Assim, foi feito o estudo atento do conteúdo da documentação com base na folha de recolha de dados referida, e especialmente dos livros, tentando-se perceber se existiu o aproveitamento dos mesmos através da continuação dos registos por parte da CMTM. No entanto, tal não se verificou. Os registos elaborados pela nova Comissão Municipal não seguiram os livros utilizados pela Comissão de Iniciativa e Turismo de Mafra, nem tão pouco os mesmos modelos. À data da constituição da CMTM, verifica-se a abertura de novos livros pelos serviços da Câmara Municipal, subordinados ao Turismo.

Desta aproximação, ficou ainda por realizar um confronto bem mais aprofundado e pormenorizado entre estes fundos e o da Câmara Municipal de Mafra, sobretudo no que respeita à correspondência recebida e expedida. Mas o tempo da realização do estágio tornou-se curto para este estudo, considerando o objectivo principal da sua realização.

Ainda assim, e com o estudo dos elementos apurados, considerou-se a existência de dois arquivos distintos, observando a dependência institucional da CMTM face à Câmara Municipal de Mafra e pelo facto de esta ter dado início a um sistema de arquivo distinto do da Comissão de Iniciativa e Turismo de Mafra.

Isto conduziu a que se restringisse o objecto de análise à Comissão Municipal de Turismo de Mafra, cujo acervo continha as espécies fotográficas fundamentais para o estudo norteador do estágio em questão.

Importa também deixar explícito que ainda não é possível delimitar o acervo fotográfico da Comissão Municipal de Turismo de Mafra, uma vez que à medida que a colecção de fotografias do Arquivo Histórico vai sendo tratada vão surgindo espécies fotográficas pertencentes à CMTM. Algumas espécies fotográficas podem rapidamente ser identificadas por um qualquer símbolo (na maior parte das vezes o carimbo da CMTM), outras apenas pode ser inferida a sua proveniência.

Tendo este dado em conta, optou-se por descrever o conjunto de fotografias que era passível de ser reintegrado intelectualmente, isto é, descrevendo-as dentro do seu contexto produtivo.

III.5 - Estruturação das unidades documentais

Uma vez que não existia um plano de classificação original, no qual fosse possível perceber algum critério de arquivagem elaborado pelo produtor da documentação, tomou-se os critérios essenciais para a identificação das séries documentais, tais como conjuntos de documentos organizados de acordo com um sistema de arquivagem por resultarem do mesmo processo de acumulação e do exercício de uma mesma actividade, por terem uma tipologia particular, ou devido a qualquer outro tipo de relação resultante do processo de produção, recepção ou utilização,⁴⁰ como essenciais na análise da documentação existente.

III.5.1 – Reconhecimento das séries documentais

Atendendo a estes critérios, foi possível identificar várias séries documentais, as quais se passa a apresentar:

SR01 – *Livros de Actas*: Os Livros de Actas contêm o registo das reuniões da Comissão Municipal de Turismo de Mafra, nomeadamente a menção dos membros presentes e os assuntos tratados.

SR02 – *Livros da Responsabilidade do tesoureiro da Câmara Municipal de Mafra em dinheiro, documentos de cobrança, receita eventual e documentos de despesa*: Livro da responsabilidade do tesoureiro da Câmara Municipal de Mafra no qual era feito o registo detalhado das receitas e despesas da Comissão Municipal de Turismo de Mafra.

⁴⁰ Definição do conceito “série” in Direcção-Geral de Arquivos. Programa de normalização da descrição em arquivo; grupo de trabalho de normalização da descrição em arquivo – **Orientações para a Descrição Arquivística**. 2ª Versão. Lisboa: DGQAR, 2007, p. 55.

Ao fim de cada ano económico era elaborado um termo de encerramento, fazendo-se o resumo do saldo em dinheiro e em documentos.

SR03 - *Livros para o registo das receitas arrecadadas mensalmente*: Livros utilizados para o registo das receitas arrecadadas mensalmente pela Comissão Municipal de Turismo, das quais o imposto de turismo sobre estabelecimentos (tabernas, cafés, pastelarias, casas de chá), percentagens relativas às contribuições prediais rústicas, urbanas, industriais, imposto sobre rendas de casa e pensões. O livro organiza-se anualmente e por página constam todos os meses, uma vez que o registo é feito por assuntos.

SR04 – *Livros de Honra*: Livro com folhas em branco nas quais os turistas deixavam as suas impressões/comentários, bem como as suas assinaturas. Na maior parte das vezes constam apenas assinaturas.

SR05 – *Livros de Receita Eventual Modelo 8-T*: Livro utilizado pela Tesouraria da Câmara Municipal de Mafra para o registo dos rendimentos eventuais cobrados relacionados com a Comissão Municipal de Turismo de Mafra. Mensalmente o Tesoureiro faz o fecho de Tesouraria indicando o valor da receita eventual arrecadada durante o mês em causa.

SR06 – *Livros de Receita Eventual – Tesouraria*: Livro utilizado pela Tesouraria da Câmara Municipal para o registo dos rendimentos eventuais cobrados no ano económico corrente.

SR07 - *Livros de Receita Eventual Modelo 8*: Livro utilizado pela Secretaria da Câmara Municipal para o registo dos rendimentos eventuais pagos pelos contribuintes no ano económico corrente. No fecho mensal é indicado o saldo que passa ao mês seguinte e é assinado pelo Tesoureiro e Chefe da Secretaria da Câmara Municipal de Mafra

SR08 – *Livros de Caixa Modelo 9-T*: Livros utilizados pela Tesouraria da Câmara Municipal de Mafra para o registo das saídas e entradas de dinheiro dispendidos pela Comissão Municipal de Turismo de Mafra. O registo das entradas e saídas é feito diariamente.

SR09 – *Livros de Registo de Ordens de Pagamento*: Livros utilizados pela Secretaria da Câmara Municipal de Mafra para o registo das ordens de pagamento relativas às

despesas efectuadas no âmbito do cumprimento das funções da Comissão Municipal de Turismo de Mafra, como por exemplo o pagamento de materiais, despesas de comunicação ou a remuneração de colaboradores, entre outras. Tem uma organização cronológica e faz a descrição sucinta do teor da despesa.

SR10 – *Livros de Receita Eventual*: Livros utilizados pela Secretaria da Câmara Municipal de Mafra para o registo dos rendimentos eventuais nos diversos campos, como contribuições do estado, rendas de casa, tabernas, pensões ou impostos de selo.

SR11 – *Livro das contas correntes com os rendimentos virtuais liquidados, cobrados e anulados 12-T*: Livros utilizados pela Secretaria da Câmara Municipal de Mafra para o registo dos rendimentos virtuais, liquidados, cobrados e anulados, sendo que o registo se resume à indicação mensal dos valores, agrupados em categorias, tais como tabernas, pensões, rendas de casa ou estabelecimentos.

SR12 – *Imposto de Turismo*: Livros com a descrição mensal das fontes de imposto e respectiva percentagem.

SR13 – *Livro 10 – Contas correntes com as despesas orçamentais*: Livro utilizado pelo Tesoureiro da Câmara Municipal de Mafra para a confrontação das contas correntes com as despesas orçamentais, ou seja, aquelas que estavam previstas no orçamento municipal na rubrica que cabia à Comissão Municipal de Turismo. Por cada rubrica registada é indicado mensalmente o valor previsto e aquele dispendido até ao momento.

SR14 – *Correspondência Recebida*: Contém a correspondência remetida por entidades externas à Comissão Municipal de Turismo de Mafra, tratando diversos assuntos que se encontram na inerência das funções desta Comissão.

SR15 – *Concursos das Ruas e Janelas Floridas*: Concurso de promoção turística da zona de Mafra, promovendo o arranjo e embelezamento das ruas e janelas com recurso às flores. Este concurso foi organizado por três anos consecutivos pela Comissão Municipal de Turismo de Mafra, sob a égide do Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo.

SR16 – *Concursos de Fotografia*: Contém a documentação subordinada aos concursos de fotografia realizados nos anos de 1954 e 1955, incluindo as provas e alguns negativos apresentados para apreciação do júri. Este concurso foi organizado pela

Comissão Municipal de Turismo de Mafra, sob orientação do Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo.

III.5.2 - Identificação das unidades documentais inferiores

Depois de identificada a existência das 16 séries documentais apresentadas, importou compreender a restante documentação avulsa que se encontrava na caixa pequena, de forma a perceber se se estava perante a existência de documentos compostos ou simplesmente de documentação dispersa.

Deste modo, encontraram-se relações entre a documentação, alguma dela colocada dentro de pequenas “capilhas” feitas com uma folha de papel A4 dobrada ao meio, para além de outra documentação “extra-capilhas”, diga-se, subordinados ao mesmo assunto.

Subjacente a este pressuposto esteve presente a seguinte definição para documento composto⁴¹: unidade organizada de documentos agrupados pelo seu produtor, por se referirem ao mesmo assunto, actividade, transacção ou tramitação própria⁴². Na sua maioria, estes documentos compostos são constituídos por ofícios, correspondência recebida e, em alguns casos, por facturas/recibos.

Assim, pôde identificar-se os seguintes documentos compostos:

DC01 – *“Mafra – Tesouro de Portugal”*

DC02 – *Iluminação do Convento de Mafra*

DC03 – *Monografia “Mafra”*

DC04 – *Galhardetes*

DC05 – *Auto de entrega dos bens e valores pertencentes à extinta Comissão de Iniciativa e Turismo*

⁴¹ Tal como é admitido pela ODA [p. 55], a utilização de conceitos para definir unidades arquivísticas não é consensual entre os arquivistas portugueses, e uma vez que a base de dados ArqHist utiliza o mesmo conceito que a ODA – documentos composto – para se referir à unidade arquivística processo, o conceito utilizado neste relatório será documento composto, por uma questão de consenso.

⁴² Direcção-Geral de Arquivos. Programa de normalização da descrição em arquivo; grupo de trabalho de normalização da descrição em arquivo – **Orientações para a Descrição Arquivística**. 2ª Versão. Lisboa: DGQAR, 2007, p. 55.

DC06 – *Instalação da Junta de Turismo da Ericeira*

DC07 – *Atribuições das Comissões Municipais de Turismo*

DC08 – *Concurso Literário sobre Mafra*

DC09 – *Concurso Frases sobre Mafra*

Visto o assunto subjacente a cada documento composto se achar satisfatoriamente explícito no título, prescinde-se de resumir o seu teor, ao contrário das séries, que poderiam suscitar alguma interpretação dúbia pelo facto de alguns assuntos serem semelhantes.

Para além das séries e documentos compostos apresentados, constatou-se a existência de livros e documentos que não se encaixavam em qualquer uma das unidades documentais identificadas. Assim, decidiu-se descrevê-las na dependência hierárquica directa do nível superior sub-fundo, em vez de cometer a incongruência de abrir séries documentais de diversos, pelo simples facto de não existir uma unidade arquivística aglutinadora dos mesmos, ou abrir uma série onde apenas constasse uma unidade arquivística dependente.

Relativamente aos livros, existe na base de dados ArqHist a possibilidade de abrir uma entrada relativa a “Livro” (LV), tendo sido utilizada também neste contexto. Identificaram-se os seguintes livros, apresentando-se o título formal:

LV001 – *Livro N.º 1 – Objectos de Barro*

LV002 – *Inventário da Comissão de Turismo*

LV003 – *Reclamações*

LV004 – *Copiador de correspondência recebida*

LV005 – *Livro 10-T Registo diário dos documentos de despesa pagos – Zona de Turismo*

LV006 – *Livro de registo de orçamentos – Zona de Turismo*

LV007 – *Livro de registo das contas correntes com as despesas orçamentais*

LV008 – *Livro da responsabilidade do tesoureiro da Câmara Municipal, em conta de rendimentos virtuais – Zona de Turismo*

Existe ainda dois documentos simples (DS):

DS001 – *Acta da reunião da Conferência Permanente dos Órgãos Locais e Regionais de Turismo*

DS002 – *Programa da Festa da Criança – Sobreiro – 10 e 11 de Junho de 1978*

III.6 – Quadro de Classificação

Após este exercício foi possível construir o seguinte quadro de classificação, no qual se apresenta as unidades arquivísticas com a dependência hierárquica apenas até ao nível da série:

F – Câmara Municipal de Mafra

SF – Comissão Municipal de Turismo de Mafra

SR01 – Livros de Actas

SR02 – Livros da Responsabilidade do tesoureiro da CMM em dinheiro, documentos de cobrança, receita eventual e documentos de despesa

SR03 – Livros para o registo das receitas arrecadadas mensalmente

SR04 – Livros de Honra

SR05 – Livros de Receita Eventual Modelo 8-T

SR06 – Livros de Receita Eventual – Tesouraria

SR07 - Livros de Receita Eventual Modelo 8

SR08 – Livros de Caixa Modelo 9-T

SR09 – Livros de Registo de Ordens de Pagamento

SR10 – Livros de Receita Eventual

SR11 – Livro das contas correntes com os rendimentos virtuais liquidados, cobrados e anulados 12-T

SR12 – Imposto de Turismo

SR13 – Livro 10 – Contas correntes com as despesas orçamentais

SR14 – Correspondência Recebida

SR15 – Concurso das Ruas e Janelas Floridas

SR16 – Concursos de Fotografia

No esquema seguinte, podem visualizar-se os níveis documentais existentes cuja dependência hierárquica se faz na relação directa com o nível superior.

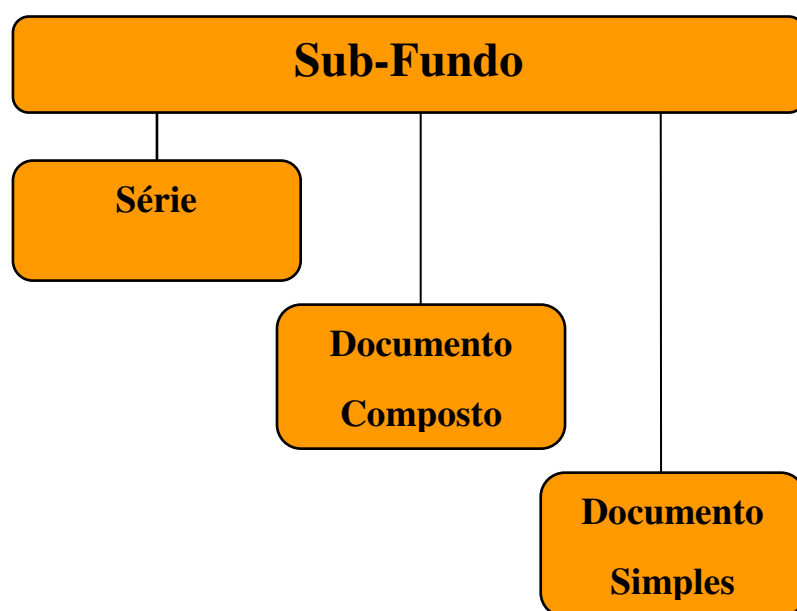


Gráfico 2 – Unidades arquivísticas directamente dependentes do nível superior sub-fundo

III.7 - Definição de elementos descritivos por unidade arquivística

Depois de conhecidas as bases normativas existentes e clarificado o uso potencial da informação para a definição de uma estratégia de descrição arquivística, convém ainda

informar das opções quanto ao nível de descrição e quanto aos elementos descritivos utilizados em cada nível.

Para isso, decidiu-se apresentar por nível de descrição a informação pretendida em cada campo descritivo, à excepção da peça fotográfica, que será tratada com maior pormenor. O fio condutor deste exercício foi as Orientações para a Descrição Arquivística.

Assim, e uma vez que o conjunto documental produzido pela Comissão Municipal de Turismo de Mafra foi considerado sub-fundo⁴³ da Câmara Municipal de Mafra, inseriu-se a sua descrição na “ramificação” pré-existente do grande fundo da Câmara Municipal de Mafra, como se verifica no quadro de classificação.

Na unidade arquivística sub-fundo foram utilizados os campos descritos, de acordo com a tabela apresentada de seguida. Os critérios utilizados fundamentam-se nos campos considerados obrigatórios pela ODA⁴⁴, tendo sido empregues alguns campos não-obrigatórios para este nível arquivístico, tais como História Administrativa, Avaliação, Selecção e Eliminação, Condições de Acesso ou Idioma, de forma a enquadrar mais satisfatoriamente a descrição deste conjunto documental.

Campos descritivos	Informação registada – Nível sub-fundo
Código de referência	Identifica de forma unívoca a unidade de descrição e a sua relação hierárquica com a demais. Divide-se nas seguintes partes, separadas por barra “/” entre si: PT: Código do país; AHMM: Código da entidade detentora da informação, sob a forma de acrónimo; IP: Grupo de fundos relativo a “Instituições Públicas” AL: Grupo de fundos subordinado à “Administração Local” CM: Grupo de fundos subordinado a “Câmaras Municipais”

⁴³ O Arquivo da Comissão Municipal de Turismo de Mafra, em termos de unidade arquivística, foi considerado sub-fundo uma vez que na sua proveniência estava implícita a dependência orgânico-funcional da Câmara Municipal de Mafra. Assim, os critérios de organização original e dependência orgânico-funcional verificam-se em simultâneo.

⁴⁴ ODA, *op. cit.* pp. 21-22.

	<p>CMM: Acrónimo relativo ao fundo da Câmara Municipal de Mafra;</p> <p>CMTM: Acrónimo relativo ao sub-fundo da Comissão Municipal de Turismo de Mafra”</p>
Título	Tem como objectivo a denominação da unidade arquivística representada. É um título formal pois utiliza o nome oficial da unidade arquivística representada: “Comissão Municipal de Turismo de Mafra”
Data de produção inicial	Informar sobre a data mais recuada da unidade arquivística.
Data de produção final	Informar sobre a data mais recente da unidade arquivística.
Nível de descrição	Na base de dados ArqHist não existe, nos campos de preenchimento, o elemento “Nível de descrição”. Ele é registado no momento da criação de uma nova entrada na base de dados. Sem indicar qual o nível documental da unidade que se pretende descrever a base de dados não permite a criação de uma nova ficha descritiva. Por isso, ainda que não conste do esquema de descrição, manteve-se somente nesta apresentação este campo, no lugar atribuído pela ISAD(G).
Dimensão e suporte	Indicação da dimensão lógica da unidade de descrição, neste caso livros e caixas.
Nome do produtor	Identificação da entidade produtora e acumuladora da documentação, neste caso, a Comissão Municipal de Turismo de Mafra
História Administrativa	Indicação da história administrativa relativa à entidade produtora de forma a contextualizar a documentação existente.
História custodial e Arquivística	Informar do percurso da documentação relativamente à sua guarda física após o encerramento da actividade.
Fonte imediata de aquisição ou transferência	Indicação da fonte imediata de aquisição ou transferência.
Âmbito e conteúdo	Identificação o âmbito cronológico e geográfico, bem como as funções e actividades desenvolvidas pelo produtor da documentação.
Avaliação, selecção e eliminação	Indicar se a documentação se encontra sujeita a qualquer actividade de avaliação, selecção ou eliminação. Caso contrário é de conservação.
Ingressos adicionais	Informar se são previstas entradas adicionais de documentação relativa à unidade de descrição ou se, pelo contrário, esta é um

	fundo fechado.
Sistema de organização	Indicar a forma de como se organiza internamente a unidade documental. Relaciona-se directamente com o princípio da proveniência e da ordem original.
Condições de acesso e utilização	Indicar se a documentação se encontra sujeita a interdições legais de acesso e utilização ou se, pelo contrário, é livre a sua utilização.
Idioma	Indicação do idioma utilizado na unidade de descrição.
Regras ou convenções	Indicação das regras e convenções utilizadas na descrição da documentação.
Data da descrição	Indicação da data da elaboração da descrição e o responsável por essa descrição.

Tabela 3 – Campos de descrição com a informação registada correspondente ao nível arquivístico sub-fundo

Relativamente aos níveis série, documento composto e documento simples serão apresentados segundo o mesmo esquema, já que a informação requerida em cada um é de teor semelhante.

Campos descritivos	Informação registada – Nível série, documento composto e documento simples
Código de referência	<p>Identifica de forma unívoca a unidade de descrição e a sua relação hierárquica com a demais. Divide-se nas seguintes partes, separadas por barra “/” entre si:</p> <p>PT: Código do país;</p> <p>AHMM: Código da entidade detentora da informação, sob a forma de acrónimo;</p> <p>IP: Grupo de fundos relativo a “Instituições Públicas”</p> <p>AL: Grupo de fundos subordinado à “Administração Local”</p> <p>CM: Grupo de fundos subordinado a “Câmaras Municipais”</p> <p>CMM: Acrónimo relativo ao fundo da Câmara Municipal de</p>

	<p>Mafra;</p> <p>CMTM: Acrónimo relativo ao sub-fundo da Comissão Municipal de Turismo de Mafra”</p> <p>01 ou 001: utilização de numeração sequencial de dois ou três dígitos de modo a distinguir os níveis hierárquicos e a sequência dentro de cada nível.</p>
Título	Tem como objectivo a denominação da unidade arquivística representada. Quando existe, utiliza-se o título formal (utilizado pelo produtor). Na sua ausência utiliza-se um título atribuído de forma clara, concisa e que reflecta a informação essencial.
Data de produção inicial	Informar sobre a data mais recuada da unidade arquivística.
Data de produção final	Informar sobre a data mais recente da unidade arquivística.
Nível de descrição	Na base de dados ArqHist não existe, nos campos de preenchimento, o elemento “Nível de descrição”. Ele é registado no momento da criação de uma nova entrada na base de dados. Sem indicar qual o nível documental da unidade que se pretende descrever a base de dados não permite a criação de uma nova ficha descritiva. Por isso, ainda que não conste do esquema de descrição, manteve-se somente nesta apresentação este campo, no lugar atribuído pela ISAD(G).
Dimensão e suporte	Indicação da dimensão lógica da unidade de descrição, com referência do número de livros e de folhas.
Nome do produtor	Este campo herda o nome do produtor dos níveis superiores.
Âmbito e conteúdo	Identificação o âmbito cronológico e geográfico, bem como as funções e actividades desenvolvidas pelo produtor da documentação. Registrar outra informação considerada pertinente para a compreensão da unidade arquivística quando o campo “Título” não forneça informação suficiente.
Sistema de organização	Indicar a forma de como se organiza internamente a unidade documental. Relaciona-se directamente com o princípio da proveniência e da ordem original.
Data da descrição	Indicação da data da elaboração da descrição e o responsável por essa descrição.

Tabela 4 - Campos de descrição com a informação registada correspondente aos níveis arquivísticos série, documento composto e documento simples.

III.8 – Construção do Instrumento de Descrição Documental (IDD)

Uma vez que a estrutura descritiva se encontra determinada, importou definir a que nível se efectuariam a descrição, pois isso iria condicionar qual o tipo de instrumento de descrição documental a apresentar.

A apresentação do IDD final, presente no Apêndice II teve como objectivo os princípios das Orientações para a Preparação e Apresentação de Instrumentos de Descrição⁴⁵, tais como o respeito pelas regras de descrição multinível, a representação precisa e coerente do contexto e conteúdo dos documentos, fazendo da descrição um instrumento auto-explicativo através do qual o utilizador acede satisfatoriamente à informação contida nesse arquivo.

Posto que se optou pela descrição arquivística ao nível do documento simples, muito em parte pela necessidade de se descrever satisfatoriamente a documentação fotográfica, assunto tratado no sub-capítulo seguinte, o catálogo revelou ser o instrumento adequado. Isto porque tem como objectivo a descrição de parte de um arquivo⁴⁶, desde o nível hierárquico superior, neste caso o sub-fundo, ao nível hierárquico inferior.

Ainda que na base de dados ArqHist se tenha realizado a descrição dos níveis inferiores das séries documentais e dos documentos compostos dependentes directamente do sub-fundo, por razões de economia de espaço, no catálogo apresentado, a descrição até ao nível do documento simples realiza-se apenas nas séries onde existe documentação fotográfica.

Assim, o catálogo do arquivo da Comissão Municipal de Turismo de Mafra encontra-se disponível para consulta manual no Apêndice II, sendo que esta consulta pode ser igualmente realizada por via “automatizada”, pela consulta na base de dados ArqHist onde a descrição foi elaborada.

⁴⁵ Comité de Normas de Descrição. Conselho Internacional de Arquivos – **Orientações para a preparação e apresentação de Instrumentos de Descrição.**

⁴⁶ ALVES, Ivone (et al.) – *op. cit.* p. 19.

III.9 – Organização e descrição da documentação fotográfica no seu contexto produtivo

Um aspecto preponderante deste trabalho foi a necessidade de procurar relações entre as fotografias e entre estas e a documentação textual já conhecida. Para além de se observar atentamente o conteúdo visual da fotografia teve-se especial atenção igualmente ao verso da prova, pois este revelou ser uma fonte de informação valiosa uma vez que continha muitas vezes a indicação do autor, datação, apostos carimbos e outra informação de carácter descritivo.

Verificou-se que o acervo fotográfico da Comissão Municipal de Turismo de Mafra se encontrava numa caixa pequena de tamanho A4 dentro da qual estavam acondicionadas as fotografias (8 negativos e 103 provas p&b) em micas de conservação. As fotografias já se encontravam devidamente higienizadas e em bom estado de conservação.

Posteriormente, sentiu-se a necessidade de retirar todas as fotografias de dentro das micas de conservação, pois denotava-se a existência de conjuntos documentais e a dispersão da arrumação não facilitava a compreensão do conteúdo intelectual das mesmas, visto uma mica conter mais do que uma prova, conforme as dimensões das provas e o número de divisões por mica.

No seguimento desta actividade procurou-se identificar conjuntos documentais, correspondente ao que em fotografia se denomina de reportagem fotográfica, para posteriormente se procurar relações com a documentação textual existente.

Assim, identificaram-se os seguintes documentos:

- Congresso de Turismo em Mafra
- Inauguração do Posto de Turismo de Mafra
- Visita da Mocidade Portuguesa Feminina a Mafra
- Procissão das Dores de Nossa Senhora
- Procissão da Ordem dos Terceiros de São Francisco
- Feira da Malveira
- Concurso das Ruas e Janelas Floridas

- Concurso de Fotografia

Para além destes documentos fotográficos, verificou-se a existência de fotografias avulsas, denominadas desta forma simplesmente por não serem agrupáveis em nenhum conjunto.

O passo seguinte consistiu na procura de relações entre os documentos fotográficos identificados e a documentação textual existente. Uma vez que já havia sido identificados documentos constantes na caixa pequena (com documentação avulsa) referentes ao Concurso de Fotografias e ao Concurso de Ruas e Janelas Floridas, dos quais existia também documentação fotográfica, essa tarefa foi facilitada. Não se verificou relação com nenhuma documentação textual livro.

De um modo geral, a relação entre a documentação fotográfica e a textual denotou-se pela existência de actas de apreciação dos trabalhos pelo júri (já que ambos são concursos), a existência de formulários de inscrição e listas de concorrentes.

Importa sublinhar que, em virtude do tempo limitado de 120 horas para a realização deste estágio, se optou, em concordância com a Orientadora local, tratar deste ponto em diante apenas a documentação fotográfica que apresentava relação com a documentação textual. Deste modo, o tratamento posterior e a descrição na base de dados focou-se apenas nas fotografias relativas ao Concurso de Fotografia e ao Concurso de Ruas e Janelas Floridas. Em consequência da opção tomada, as restantes fotografias aguardam por descrição, visto esta não ter sido exequível no tempo que restava.

Outra nota de salvaguarda que convém frisar relaciona-se com o facto de não se poder afirmar com propriedade que a colecção de fotografias da Comissão Municipal de Turismo de Mafra se resume àquela documentação conhecida, uma vez que se admite existir fotografias desta Comissão na grande colecção da Câmara Municipal de Mafra. O mesmo se admite em relação às fotografias do Concurso de Fotografia e ao Concurso de Ruas e Janelas Floridas.

No mesmo sentido, importa clarificar que a existência do carimbo da CMTM ou a identificação da proveniência através de expressão escrita no verso das provas constituiu o critério para a identificação destas fotografias como pertencentes ao arquivo

da CMTM. Isto porque assim como se supõe existirem fotografias da CMTM no arquivo da Câmara Municipal de Mafra, também existia documentação não pertencente à CMTM na caixa de fotografias que lhe dizia respeito.

III.9.1 – Organização das fotografias – identificação de níveis arquivísticos

Tomando como objecto de trabalho as fotografias e a documentação textual correspondente relativas aos concursos referidos atrás, sentiu-se a necessidade de perceber que tipo de unidade arquivística esta documentação formava, de modo a poder delinear o tratamento arquivístico posterior.

Antes disso, foi importante perceber os moldes da realização dos dois concursos. Ambos se enquadraram nas atribuições de promoção turística do concelho de Mafra por parte da CMTM, revelando uma grande capacidade em envolver alguns munícipes, tornando-os participantes e agentes da divulgação das qualidades da zona.

Além disso, os concursos foram ambos tutelados e promovidos superiormente pelo Secretariado Nacional de Cultura Popular e Turismo, órgão do poder central responsável pela implementação de acções tendentes à divulgação das características endógenas do país, nomeadamente concursos.

Existe documentação relativa aos Concursos de Ruas e Janelas Floridas nos anos de 1954, 1955 e 1956, ainda que no ano de 1954 o concurso não se tenha realizado por ausência de inscrições. Em todo o caso, produziu documentação que atesta a sua existência documental. A documentação fotográfica existente refere-se apenas ao ano de 1955.

Quanto aos Concursos de Fotografia sabe-se da sua realização nos anos de 1954 e 1955, existindo documentação textual e fotográfica que comprovam a sua realização nos dois anos referidos.

Face a estas constatações e pelo facto de cada concurso (entenda-se um em cada ano) reflectir documentação própria, verificou-se que ambos os concursos constituíam séries documentais, visto resultarem do mesmo processo de produção, recepção, utilização e

acumulação, no exercício de uma mesma actividade⁴⁷ e por se sucederem no tempo. Assim, como já foi enunciado anteriormente, identificaram-se as seguintes séries:

SR15 – *Concursos das Ruas e Janelas Floridas*

SR16 – *Concursos de Fotografia*

Nesta ordem de ideias, identificou-se a documentação de cada concurso, por ano, como documento composto, pois estes foram agrupados pelo seu produtor, por se referirem ao mesmo assunto para a realização de uma determinada actividade⁴⁸. No mesmo sentido, as fotografias foram consideradas documentos simples, pois constituem a mais pequena unidade arquivística intelectualmente indivisível⁴⁹.

III.9.2. – Organização das fotografias – numeração

A fase posterior consistiu na numeração das fotografias de modo a que estas pudessem ser descritas individualmente e posteriormente digitalizadas. Assim, decidiu-se numerar as provas recorrendo-se ao código de referência, pois desta forma a sua proveniência será sempre mantida devido à indicação da hierarquia a que pertence.

Ainda assim, visto o código de referência utilizado pelo AHMM ser extenso, optou-se por prescindir de campos onde não se perdesse informação essencial. Apenas para aposição nas provas fotográficas eliminou-se os acrónimos relativos aos grupos de fundos (IP: “Instituições Públicas”; AL: “Administração Local”; CM: “Câmaras Municipais”).

Outro aspecto essencial consistiu na escolha do critério para a aposição da numeração no verso das provas, pois estas estavam profusamente escritas/numeradas/carimbadas. Em função disto, realizou-se a apreciação quantitativa dos sítios vagos no verso da prova, em função da sua orientação, de modo a conseguir-se uma numeração de qualidade.

⁴⁷ Direcção-Geral de Arquivos. Programa de normalização da descrição em arquivo; grupo de trabalho de normalização da descrição em arquivo – **Orientações para a Descrição Arquivística**. 2ª Versão. Lisboa: DGQAR, 2007, p. 55

⁴⁸ *Idem*, p. 55.

⁴⁹ *Idem*, p. 56.

Verificou-se que nas provas com orientação vertical e nas de orientação horizontal o canto inferior direito era aquele no qual o espaço se encontrava menos congestionado, embora existissem mais casos nas fotografias de orientação horizontal onde isso não se verificava. Nas provas onde não foi possível seguir o critério geral, utilizou-se outro espaço livre onde o conteúdo pré-existente não fosse adulterado.

III.9.3. – Vocabulário controlado⁵⁰

Desde cedo se verificou que um aspecto essencial para a descrição das fotografias passava pela criação de um (pequeno) vocabulário controlado que promovesse uma maior objectividade na descrição, assim como constituiria *a posteriori* um meio auxiliador para a recuperação da informação.

Os princípios básicos que presidiram à elaboração do vocabulário controlado passaram pela apresentação de um conjunto de conceitos que constituíssem termos de indexação, compostos por uma ou mais palavras, fixados num sistema organizado e hierárquico próprio, com base nos assuntos presentes nas imagens fotográficas.

Primeiramente,⁵¹ e de forma a evitar ambiguidades na linguagem, optou-se por fazer um levantamento do conteúdo temático/informativo das fotografias, de modo a que os termos de indexação conduzissem a informação pertinente e se evitassem situações de ruído (de informação irrelevante) ou de silêncio (de informação verdadeiramente importante).

O objectivo essencial passa pela resposta às eventuais necessidades de informação dos utilizadores e, por outro lado, explicitar assuntos/conteúdos que estes utilizadores possam não conhecer, mas que lhes suscitem interesse e despertem a curiosidade necessária à investigação.

Procurou-se apresentar uma linguagem simples, mas formal, recorrendo-se a termos de indexação compostos nas situações em que as expressões estão consagradas pelo uso

⁵⁰ O Vocabulário Controlado da Comissão Municipal de Turismo de Mafra pode ser analisado no Apêndice III.

⁵¹ A elaboração deste vocabulário controlado teve por base as orientações gerais presentes na seguinte obra: MENDES, Maria Teresa Pinto e SIMÕES, Maria da Graça – **Indexação por assuntos: princípios gerais e normas**. Lisboa: Gabinete de Estudos a & b, 2002.

corrente. Assim, o vocabulário controlado apresentado assenta num sistema de linguagem pré-coordenado, já que utiliza expressões compostas.

De forma a limitar a ambiguidade e a controlar a sinonímia utilizou-se apenas um termo de indexação, preterindo-se os seus sinónimos, chegando-se ao descritor. Este descritor é, assim, a palavra ou expressão preferencial para descrever determinada informação e para a recuperar.

O vocabulário controlado procurou agrupar os termos de indexação por grandes assuntos, tais como “objectos” ou “entidades”. Dentro destes assuntos, organizou-se por termos gerais (TG), como “vestuário” e “meios de transporte” ou “pessoas (segundo a profissão ou ocupação)” e “pessoas (segundo a etnia)”. Dentro de cada categoria de termos gerais encontram-se, assim, os descritores ou termos específicos (TE).

III.9.4 – Definição dos elementos de descrição

Seguidamente e antes de realizar a descrição conjunta da documentação textual e fotográfica, sentiu-se a necessidade de clarificar o que descrever e como descrever em cada elemento de descrição, num esforço em coordenar a norma ISAD(G) com as orientações presentes no SEPIADES, assunto já iniciado no capítulo II, no ponto 4..

Uma vez que se decidiu que a descrição se realizaria ao nível do documento simples, isto é, da prova fotográfica, na tabela abaixo apresenta-se a informação que se considerou importante descrever de modo a efectuar uma representação adequada, capaz de tornar possível a sua compreensão e recuperação.

Decidiu-se descrever as fotografias peça a peça pois só assim se poderia representar satisfatoriamente o conteúdo visual das imagens, já que tocam vários assuntos, especialmente as fotografias apresentadas aos Concursos de Fotografias.

Campos descritivos	Informação registada – documento simples
	Fotografia
Código de referência	O mesmo que na documentação textual ⁵²
Título	Tem como objectivo a denominação da unidade arquivística representada. Quando existe, utiliza-se o título formal (utilizado pelo autor). Na sua ausência utiliza-se um título atribuído de forma clara, concisa e que reflecta a informação essencial, escrevendo-se entre parênteses rectos []
Data de produção inicial	Como não há a possibilidade de identificar a data de criação (quando a fotografia foi captada pelo autor) ou a data de produção concreta (quando a fotografia foi recebida e acumulada pelo produtor), informar sobre o ano a que a fotografia corresponde
Nível de descrição	O mesmo que na documentação textual
Dimensão e suporte	Indicação segundo o sistema métrico do formato, suporte, cor e polaridade
Nome do produtor	Visto o nome do produtor ser identificado no nível série, na descrição de fotografias utiliza-se este campo para registar o nome do autor da fotografia quando este é enunciado. Quando não é, mantém-se a informação do nível superior.
Casa fotográfica	Campo específico da base de dados ArqHist utilizado para a identificação da casa fotográfica responsável pela revelação da fotografia. Identifica-se pela aposição do carimbo da mesma
Âmbito e conteúdo	Campo privilegiado para a descrição do conteúdo visual da imagem, utilizando uma linguagem objectiva, parte-se do geral para o particular. Limita-se à parte da frente da prova.
Cota antiga	Indicação do código/cota antigo apostado no verso das provas. Sabe-se que não é original, pois foi apostado posteriormente por funcionários da Câmara Municipal de Mafra.

⁵²Utiliza-se a expressão “O mesmo que na documentação textual” quando a informação a registar na descrição de fotografia é igual à já enunciada nas Tabelas 3 e 4 para a documentação textual.

Cota actual	Indicação da localização actual das provas no depósito do arquivo
Notas	Utilização deste campo para informar das inscrições existentes nas provas, sobretudo no verso.
Descritores⁵³	Indicação das palavras utilizadas como descritores preferenciais da fotografais segundo o vocabulário controlado elaborado.
Data da descrição	Indicação da data da elaboração da descrição e o responsável por essa descrição.

Tabela 5 – Informação registada para o nível arquivístico documento simples – Fotografia

Conclusão de capítulo

Verificou-se que a descrição arquivística das fotografias devolvidas ao seu contexto administrativo de produção as valorizou efectivamente uma vez que clarificou a razão primeira da sua captação. Deixaram de ser apenas fotografias especiais só por retratarem aspectos interessantes do ponto de vista do utilizador, bem como acabaram por reportá-lo para a origem das mesmas.

Ainda que parte da documentação textual envolvida no processo de criação destas fotografias seja residual, já foi suficiente para dar significado a um documento (fotográfico) que se encontrava desligado, apartado, do seu contexto.

Por outro lado, e no mesmo sentido, a documentação textual associada, como a acta de apreciação dos trabalhos fotográficos, por exemplo, sai valorizada, uma vez que os trabalhos a que se reporta ficam lógica e intelectualmente devolvidos ao seu âmbito de criação.

⁵³ Ainda que a base de dados ArqHist esteja preparada para a atribuição de palavras-chave, conceito mais próximo de vocabulário controlado ou *thesauri*, após estudo conjunto com a orientadora local sobre a forma como essas palavras são geridas internamente pela base de dados de forma a serem pesquisáveis, levou a que se abandonasse a possibilidade de utilizar essa funcionalidade. Isto porque isso levava a uma tarefa demasiado morosa e complexa tanto para o indexador como para o utilizador. Visto essa mesma base de dados comportar a criação de novos campos de descrição, decidiu-se criar o campo destinado a acolher descritores, termos de indexação. De modo a não interferir na organização dos restantes campos, inseriu-se campo “Descritores” na Zona de Notas.

Por outro lado, a descrição arquivística de fotografias no seu contexto de produção (independentemente de terem documentação administrativa associada), pelo simples facto de serem (re)enquadradas no Quadro de Classificação da entidade produtora já lhes oferece a devolução ao contexto administrativo e institucional em que foram criadas, não formando uma simples colecção de fotografias.

Mas para que isso fosse possível, foi preciso reconstituir a história administrativa e institucional da entidade produtora, condição essencial para garantir no tempo a qualidade diplomática (integridade e autenticidade) das fotografias, essencialmente.

Considerações finais

Depois de apresentadas de forma alargada as actividades realizadas durante o Estágio no Arquivo Histórico Municipal de Mafra, importa resumir algumas ideias gerais que possam servir de resumo ao que foi feito e escrito atrás, e por isso, um ponto de chegada, mas também servir de base a outros trabalhos e reflexões, e assim constituir um ponto de partida.

Os Arquivos Históricos portugueses estão repletos de exemplos de desmembramento de fundos, seja pela organização temática conferida aos documentos – tal como verificámos no AHMM, onde os documentos estavam subordinados ao tema “turismo” (influências da prática biblioteconómica) - seja pela montagem de critérios artificiais aglutinadores de documentos, a criação de colecções, talvez ainda mais frequentes quando nos referimos a informação em suporte fotográfico.

Cabe, assim, ao arquivista repor a ordem original dos documentos, tornando a informação neles contida operante dentro do seu contexto produtivo, quase como o arqueólogo que procura chegar ao seu objectivo levantando camada por camada. Para isso, torna-se extremamente importante munir-se de todos os instrumentos, sobretudo diplomas legais e perceber “no terreno” o modo de agir de determinada organização e a forma em como essa geria a sua informação.

Uma das práticas arquivísticas eleitas neste Estágio para a reposição dessa organização original foi a descrição arquivística, capaz de assegurar a ordem intelectual do arquivo, tendo sido necessário a análise das várias normas e orientações para poder enformar devidamente os conteúdos informativos de que se dispunha para suprir as potenciais carências de informação dos leitores do AHMM.

Todo este trabalho partiu da necessidade de comprovar que também a fotografia, vista sob o olhar da visão sistémica, pode ultrapassar as deficiências do seu tratamento em contexto de arquivo, podendo ser reordenada dentro da sua ordem original, tornando o seu significado mais evidente e autêntico.

O caso paradigmático foi sobretudo o das fotografias apresentadas aos Concursos de Fotografias, nos anos de 1955 e 1956. Estas fotografias são algumas das mais utilizadas em publicações municipais, mas até agora não se conheciam as razões primeiras da sua

existência. O facto de elas terem sido olhadas e tratadas segundo o seu contexto produtivo permitiu que se valorizasse amplamente a documentação que atesta a sua existência administrativa, enriquecendo, assim, o fundo documental a que pertencem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS⁵⁴

- ALVES, Ivone (et al.) – **Dicionário de Terminologia Arquivística**. Lisboa, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993.
- AMAR, Pierre-Jean – **História da Fotografia**. 2ª Ed. Lisboa: Edições 70, 2007.
- AZEVEDO, Carlos A. Moreira, AZEVEDO, Ana Gonçalves de – **Metodologia Científica**. 9ª Ed. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2008
- BAURET, Gabriel – **A Fotografia. História – Estilos – Tendências - Aplicações**. 1ª Ed. Lisboa: Edições 70, 2006.
- BOADAS, Joan, CASELLAS, Lluís-Esteve, Suquet, M, Angels – **Manual para la gestión de fondos y colecciones fotográficas**, Girona:CCG, 2001.
- BUCCERONI, Claudia, PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro – “**A Imagem Fotográfica Como Documento: Desideratos De Otlet**” Disponível em: <http://special.lib.gla.ac.uk/exhibns/month/feb2007.html> (consult. em 09.04.2010).
- CHARBONNEAU, Normand, ROBERT, Mario – **La Gestion des Archives Photographiques**. Presses de L’Université du Québec : Québec, 2001.
- CEIA, Carlos – **Normas para a apresentação de trabalhos científicos**. 7ª Ed. Lisboa : Editorial Presença, 2008.
- **Código Administrativo Anotado**. Anadia : Tipografia Comercial, 1942.
- Comité de Normas de Descrição. Conselho Internacional de Arquivos – **Orientações para a preparação e apresentação de Instrumentos de Descrição**.

⁵⁴ As referências bibliográficas apresentadas estão de acordo com a **Norma Portuguesa 405**.

- COUTURE, Carol, ROUSSEAU, Jean-Yves – **Os Fundamentos da Disciplina Arquivística**. 1ª Edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998. ISBN 972-20-1428-5.
- **Diário do Governo** – I Série, Lei n.º 1:152, de 23 de Abril de 1921.
 - I Série, Decreto n.º 10:057, de 30 de Agosto de 1924.
 - I Série, Decreto-Lei n.º 22:530, de 16 de Maio de 1933.
 - I Série, Decreto-Lei n.º 39 286, de 21 de Julho de 1953.
- Direcção-Geral de Arquivos. Programa de normalização da descrição em arquivo; grupo de trabalho de normalização da descrição em arquivo – **Orientações para a Descrição Arquivística**. 2ª Versão. Lisboa: DGARQ, 2007.
- DURANTI, Luciana – “Origin and Development of the Concept of Archival Description » *In Archivaria*, n.º 35, 1993.
- FERRY, Ferréol de – « Archives photographiques et photographie des les Archives » *In La Gazette des Archives*. N.º 111, 4º Trimestre de 1980, Paris : Association des Archivistes Français, 1981.
- DGARQ/CPF - **Guia de Fundos e Coleções Fotográficos 07**. Lisboa: DGARQ, 2007.
- Instituto Português da Qualidade – **Norma Portuguesa 4041 – Informação e Documentação – Terminologia arquivística – Conceitos básicos**. Caparica: Instituto Português da Qualidade, 2005.
- Instituto Português da Qualidade – **Norma Portuguesa 3715 – Método para análise de documentos, determinação do seu conteúdo e selecção de termos de indexação**. Caparica: Instituto Português da Qualidade, 1989.
- **ISAD(G) Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística**: adoptada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de Setembro de 1999. Conselho Internacional de Arquivos; Trd. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo. 2ª Ed. Lisboa: IAN/TT, 2004.

- **ISAAR (CPF): Norma Internacional de Registo de Autoridade Arquivística para Pessoas Colectivas, Pessoas Singulares e Famílias / Conselho Internacional de Arquivos;** trad. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo. 2ª Ed. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo, 2004.
- JOLY, Martine – **A Imagem e a Sua Interpretação.** Lisboa: Edições 70, 2003.
- JOLY, Martine – **Introdução à Análise da Imagem.** Lisboa: Edições 70, 2008.
- JÚNIOR, António Augusto Monteiro Osório – **Dicionário Administrativo. Trabalho sobre o Código Administrativo e Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 31.095, de 31 de Dezembro de 1940, com as alterações do Decreto-Lei n.º 31.386, de 14 de Julho de 1941.** Lisboa: Imprensa Belez, 1941.
- MARTEL, Xavier – « L'image photographique: entre art et document. Le chercheur est un pisteur » *In La Gazette des Archives.* N.º 180-181, 1º e 2º Trimestre de 1998, Paris : Association des Archivistes Français, 1999.
- MENDES, Maria Teresa Pinto e SIMÕES, Maria da Graça – **Indexação por assuntos: princípios gerais e normas.** Lisboa: Gabinete de Estudos a & b, 2002.
- **Norma de Descripción Archivística de Cataluña (NODAC).** Cataluña: Departament de Cultura i Mitjans de Comunicació, 2007.
- PINTO, Manuela Azevedo, SILVA, Armando Malheiro da – **Um modelo sistémico e integral de gestão da informação nas organizações.** Comunicação apresentada ao 2º Congresso Internacional de Gestão da Tecnologia e Sistemas da Informação. 2005
- QUIVY, Raymond, CHAMPENHOUDT, Luc Van – **Manual de Investigação em Ciências Sociais.** 5ª Ed. Lisboa: Gradiva, 2008.
- RIBEIRO, Fernanda – **Como seria a estrutura primitiva do Arquivo da Casa da Coroa (Torre do Tombo)?** [s.l.] [s.d.]

- RIBEIRO, Fernanda – “Organizar e representar a informação: apenas um meio para viabilizar o acesso?” in **Revista da Faculdade de Letras/Ciências e Técnicas do Património**. I Série, Vol. IV. Porto, 2005
- SÁNCHEZ VIGIL, Juan Miguel – **El documento fotográfico. Historia, usos, aplicaciones**. Gijón: Ediciones Trea, S.L., 2006.
- SARMENTO, Manuela – **Guia prático sobre metodologia científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses de doutoramento, dissertações de mestrado e trabalhos de investigação aplicada**. 2ª Ed. Lisboa: Universidade Lusíada, 2008.
- SENA, António – **História da Imagem Fotográfica em Portugal (1839-1997)**. Porto: Porto Editora, 1998.
- **SEPIADES: Advisory Report on Cataloguing Photographic Collections**. Draft version 3.0, SEPIA Working Group Descriptive Models for Photographic Collections. Amsterdam: European Commission on Preservation and Access, 2003.
- SILVA, Armando Malheiro da, RIBEIRO, Fernanda – **Das “ciências” da documentação à ciência da informação. Ensaio epistemológico para uma novo modelo curricular**. 2ª Edição. Porto: Edições Afrontamento, 2008.
- SOUGEZ, Marie-Loup – **Historia da Fotografia**. 1ª Ed. Lisboa:Dinalivro, 2001.
- TORRES, Carlos – **20 Anos de Regionalização Turística: Uma Pacífica e Sólida Inovação**. Disponível em: <http://carlosmtorres.blogspot.com/2008/01/20-anos-de-regionalizao-turstica-uma.html> (consult. em: 07.04.2010).
- TORRES, Carlos – **O Conceito de Turismo**. Disponível em: <http://carlosmtorres.blogspot.com/2008/01/o-conceito-de-turismo.html> (consult em: 07.04.2010).
- VALLE GASTAMINZA, Félix del (Ed.) – **Manual de Documentación Fotográfica**. Madrid: Editorial Síntesis, 1999.

- VIEIRA, João – **Noções Fundamentais Sobre Arquivos**. Lisboa, 2001.
- VIEIRA, João – “A Arquitectura dos Arquivos. Reflexões em torno do conceito de ordem original” *in* **Páginas a&b**. Lisboa, 2006. ISBN 0873-5670.
- VIEIRA, João – **Estrutura Genérica de Elementos de Meta-Informação**. [s.l.] 2005.

Apêndice I – Folha de Recolha de Dados

U.I.	Organismo	Tipologia documental/Assunto	Datas
Caixa 4	CITM	Receitas ordinárias	1936
		Receita extraordinária	1936
		Ordens de pagamento	1934-1936
		Ordens de pagamento aos funcionários	1936
		Guias de entrega de descontos na tesouraria da Fazenda Pública	1936
		Carta reclamando o imposto pago à CITM	1936
		Avisos de pagamento das avenças de Taxas de Turismo, ao Comandante do posto policial	1936
Caixa 3	CMTM	Envelope com bilhetes-postais remetidos à CMTM para o concurso de “Frases sobre Mafra” – NOTA – O envelope pertence à CITM	1963
		Obras do concurso literário sobre Mafra	1964
	CMM	“Câmara Municipal de Mafra –Livro 10- Contas correntes com as despesas orçamentais –Ano de 1943- ZONA DE TURISMO”	1943
	CMM	“Câmara Municipal de Mafra –Livro 10- Contas correntes com as despesas orçamentais –Ano de 1942- ZONA DE TURISMO”	1942
	CMM	“Câmara Municipal de Mafra –Livro 10- Contas correntes com as despesas orçamentais –Ano de 1941- ZONA DE TURISMO”	1941
	CMM	“Câmara Municipal de Mafra –Livro 8A- Livro para registo de receitas arrecadadas mensalmente –Ano económico de 1943- ZONA DE TURISMO”	1943
	CMM	“Câmara Municipal de Mafra –Livro 8A- Livro para registo de receitas arrecadadas mensalmente –Ano económico de 1942- ZONA DE TURISMO”	1942
	CMM	“Câmara Municipal de Mafra –Livro 8A- Livro para registo de receitas arrecadadas mensalmente –Ano económico de 1941- ZONA DE TURISMO”	1941
	CMTM	Título de Depósito de Propriedade Industrial – Galhardete	1970

	CMM CMTM	-	Programa “A Festa da Criança – Sobreiro”	10 e 11 de Junho de 1979
			Legislação sobre desdobráveis remetida pelo Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo	1954
	CMTM		“Processo M” – Desenhos do Arq. Júlio Gil, facturas... para a Monografia <i>Maфра</i>	1963
	CMTM		Legislação sobre parques de campismo remetida pelo Comissariado do Turismo	1967- 1969
	CMTM		Acta de 15.10.1955, dando conta da existência de um júri para a classificação dos trabalhos fotográficos apresentados no respectivo concurso	1955
	CMTM		Acta de 14(?) .01.1954, dando conta da existência de um júri para a classificação dos trabalhos fotográficos apresentados no respectivo concurso	1954
	CMTM		Conjunto de comunicações (cartas) dizendo a quem pertence os pseudónimos utilizados no concurso de fotografia	1955
	CMTM		Carta de Adriano do Paço comunicando qual o pseudónimo utilizado por si no concurso de fotografia	1955
	CMTM		Projecto de bases do Regulamento que deve suportar o Concurso das Ruas e Janelas Floridas, remetido pelo Serviço Nacional da Informação. Contém ainda a restante documentação relativa a este concurso (actas, classificações, boletins de inscrição...)	1954
	CMTM		Atribuições da CMTM com base no Cód. Adm. de 1940	1953
	CMTM		“Processo E” – Iluminação do Convento	1959
	CMM		Estudos de turismo para autarquias locais – oferta de serviços da empresa CETEL	
	CMTM		Praça de Toiros da Malveira	1977
	CMTM		Proposta de realização de um documentário turístico sobre Maфра pelas Produções Francisco de Castro	
	CITM		Processo de Constituição da Comissão de Iniciativa e Turismo de Maфра	1928- 1929
	CMTM		Acta de 09.01.1937 que refere o “Auto de entrega dos bens e valores pertencentes à extinta Comissão de Iniciativa e Turismo de Maфра”	1937
	Junta Turismo Ericeira	de da	Acta de 10.01.1937 de Instalação da Junta de Turismo da Ericeira, que recebe o património e a administração dos bens da extinta CITEriceira	

	CMTM	Acta da reunião da conferência permanente dos órgãos locais e regionais de turismo – Coimbra – 15 de Abril 1978	1978
	CMTM	“Processo nº L” Programa Radiofónico “Mafra – Tesouro de Portugal”	1963-1964
	CITEriceira	Processo de calçetamento do Largo da República na Ericeira	1930

Livros Nº	Organi sno	Título	Data
1	CITM	Livro de Registo de Correspondência Expedida	1929-1931
2		Memorial (Receita e despesa)	1932-1936
3		Livro de Actas	1929-1932
4		Livro de Actas	1932-1935
5		Livro de Honra	
6		Livro de Caixa (termina com a expressão: “Saldo que passa à nova gerência”)	1929-1936
7		Livro de Registo de Orçamentos e Contas	1930-1937
8		Livro de Constas Correntes	1929-1931
9		Livro Diário (Receita e despesa)	1929-1934
10		Memorial (Receita e despesa)	1929-1932
11		Livro de Razão (Caixa, Conta Corrente....)	1929-1934
12	?	Exposição Regional Festa da Misericórdia	1924
13		Taxa de Turismo área da Comissão de Iniciativa de Mafra	?
14		Taxa de Turismo área da Comissão da Iniciativa da Ericeira	?

Livros Nº	Organi smo	Título	Data
1	CMTM	Livro de Actas	1964-1975
2		Livro de Actas	1954-1955
3		Livro de Actas	1955-1961
4		Livro de Actas	1952-1954
5		Livro de Actas	1937-1951
6		Livro de Actas	1961-1964
7		Livro da Responsabilidade de Tesoureiro da Câmara Municipal, em Conta de Rendimentos Virtuais – Zona de Turismo	1944
8		Livro da Responsabilidade de Tesoureiro da Câmara Municipal da Mafra em dinheiro, documentos de cobrança, receita eventual e documentos de despesa – Zona de Turismo	1952
9		Livro da Responsabilidade de Tesoureiro da Câmara Municipal da Mafra em dinheiro, documentos de cobrança, receita eventual e documentos de despesa – Zona de Turismo	1944
10		Livro da Responsabilidade de Tesoureiro da Câmara Municipal da Mafra em dinheiro, documentos de cobrança, receita eventual e documentos de despesa – Zona de Turismo	1970
11		Livro de Reclamações	1935
12		Livro de Registo de Correspondência Recebida	1954-1969
13		Livro de Registo Diário dos Documentos de despesa pagos	1951-1966
14		Livro para o registo das receitas arrecadadas mensalmente	1949-1953
15		Livro da Responsabilidade de Tesoureiro da Câmara Municipal da Mafra em dinheiro, documentos de cobrança, receita eventual e documentos de despesa – Zona de Turismo	1961-1969
16		Livro de Honra	
17		Livro de Honra	
18		Livro de Honra	
19		Livro de Receita Eventual	1967-1973
20		Livro de Receita Eventual	1968-1974

21		Livro de Receita Eventual	1962-1968
22		Livro de Receita Eventual	1958-1962
23		Livro de Caixa	1961-1966
24		Livro de Caixa	1947-1954
25		Livro de Contas Correntes de Todos os Rendimentos Virtuais Liquidados, Cobrados e Anulados durante os anos supra	1956-1966
26		Livro para registo das receitas arrecadadas mensalmente	1944-1948
27		Livro de Registo das Contas Correntes com as despesas orçamentais	1961-1964
28		Livro para registo das receitas arrecadadas mensalmente	1964-1967
29		Livro para registo das receitas arrecadadas mensalmente	1959-1963
30		Livro N.º1 – Objectos de Barro (venda)	1965-1979
31		Inventário de todo o mobiliário e objectos diversos existentes no posto de Informação e Turismo	
32		Livro de registo de ordens de pagamento	1965-1971
33		Livro de registo de ordens de pagamento	1945-1956
34		Livro de registo de ordens de pagamento	1957-1965
35		Livro de Imposto de Turismo – Cobrança de 20% para o Estado	
36		Imposto de Turismo Mafra e Ericeira	
37		Livro de Rendimentos Eventuais	1947
38		Livro de Rendimentos Eventuais	1941
39		Livro de Receita Eventual	1953-1957
40		Livro de Receita Eventual	1957-1962
41		Livro de Caixa	1954-1961
42		Livro de Contas Correntes de Todos os Rendimentos Virtuais Liquidados, Cobrados e Anulados durante os anos supra	1944-1952
43		Livro de Registo de Orçamentos	1948-1958
44		Livro da Receita Eventual	1952-1957

Apêndice II – Catálogo da Comissão Municipal de Turismo de Mafra

Catálogo Comissão Municipal de Turismo de Mafra	
Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM
Título	Comissão Municipal de Turismo de Mafra
Data de produção inicial	1937
Data de produção final	1979
Nível de descrição	Sub-fundo
Dimensão e suporte	43 livros, papel 1 caixa pequena, papel 1 caixa de fotografias (103 provas e 8 negativos)
Nome do produtor	Comissão Municipal de Turismo de Mafra
História Administrativa	<p>As Comissões Municipais de Turismo são criadas quando as Zonas de Turismo (implementadas pelo art. 117º do Código Administrativo de 1940) coincidem com a sede de Concelho (art. 122). Estas devem dedicar-se à promoção turística das características da zona. A sua relação com os órgãos do Poder Central faz-se pela estreita colaboração com o Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, seguindo as suas instruções.</p> <p>A CMTM foi instalada no dia 21 de Março de 1937, no cumprimento das disposições do artigo 118º do Código Administrativo de 1940. As Comissões Municipais de Turismo vêm, a par com a Zonas de Turismo, substituir as Comissões de Iniciativas e Turismo, pelo que determina o Código Administrativo de 1940 do art. 117º ao 133º.</p> <p>As Comissões Municipais de Turismo têm lugar quando nos concelhos existissem “praias, estâncias hidrológicas ou climatéricas, de altitude, de repouso ou de recreio, ou monumentos e lugares de nomeada” (art. 117º). A iniciativa para a criação das Comissões poderia partir da Câmara Municipal ou dos Serviços Centrais de Turismo.</p> <p>De acordo com o art.º 122, a Comissão Municipal de Turismo têm a</p>

	<p>seguinte composição: Presidente (Vereador designado pelo Presidente da Câmara); um representante do Secretariado de Propaganda Nacional; um representante da Comissão de Arte e Arqueologia (onde houver); um Delegado de Saúde; Um hoteleiro eleito pelos proprietários dos hotéis da zona; um comerciante; o Capitão do Porto ou Delegado Marítimo (onde houver).</p> <p>O art.º 124 estabelece as competências da Comissão Municipal de Turismo, definindo-a como um órgão com atribuições de colaboração com a Câmara Municipal para ao estabelecimento de políticas de turismo conducentes à divulgação e promoção turística do concelho. Assim, deve colaborar na preparação do plano anual de actividade turística; dar parecer sobre quaisquer projectos de obras de interesse turístico; sugerir o que entender por conveniente ao melhoramento das condições turísticas da zona; dar parecer sobre o orçamento dos serviços de turismo; deliberar sobre propaganda, despendendo as verbas que para esse efeito lhes seja atribuído no orçamento (artº.124). No que respeita aos serviços de Secretaria da Comissão Municipal de Turismo, este será assegurado directamente administrados e executados pelo pessoal de carteira da Câmara Municipal (artº.125).</p> <p>Pela leitura dos Livros de Actas das Sessões da Comissão Municipal de Turismo, verifica-se que do ano 1937 (ano da constituição da Comissão) até ao ano de 1952, os membros da Comissão se reunião não mais de três vezes no ano, sendo que os assuntos tratados se resumiam à aprovação do Plano de Actividade e Orçamento para o ano seguinte ao corrente, bem como a apreciação dos Orçamentos Suplementares delineados pela Câmara Municipal de Mafra.</p> <p>No ano de 1952, com a nomeação de António Vaz Antunes para Presidente da Comissão Municipal de Turismo e Vereador da Câmara Municipal de Mafra, denota-se uma viragem no modo de actuação da mesma Comissão, pelo que se infere da consulta documental efectuada, sobretudo pela maior frequência das reuniões dos membros da Comissão.</p> <p>O seu âmbito de actuação passa pela necessidade de saber ao certo o valor do imposto de turismo recebido, pago pelos estabelecimentos, de modo a ter maior consciência da disponibilidade de verbas; regar a atribuição de subsídios pela Câmara Municipal de Mafra às Bandas de Música, por exemplo, pedindo que essa concessão seja sujeita a parecer da Comissão; dar orientações no sentido de promover uma melhoria no aspecto geral da Vila (evitar descargas de entulhos em terrenos dentro da Vila, promover a aplicação de regras mínimas de salubridade aos habitantes, caiação das casas com mais frequência, iluminação pública das artérias principais da Vila...); apoio a actividades de carácter desportivo, bem como outras actividades de propaganda turística.</p>
História custodial e Arquivística	<p>Uma vez que a Comissão Municipal de Turismo de Mafra tinha o seu funcionamento regular junto dos serviços de Secretaria e Tesouraria da Câmara Municipal de Mafra, esta manteve a responsabilidade da sua custódia. Posteriormente a documentação foi remetida ao Arquivo Histórico Municipal de Mafra, onde actualmente se encontra em</p>

	depósito.
Fonte imediata de aquisição ou transferência	Incorporação directa
Âmbito e conteúdo	O âmbito de actuação da Comissão Municipal de Turismo de Mafra estendia-se pelo espaço geográfico do concelho de Mafra, à excepção da Ericeira, na qual estava instalada uma Junta de Turismo. A sua função resumia-se à promoção turística das características do concelho, de modo a fazer do turismo uma fonte de receita para a autarquia (através de impostos) e para as actividades hoteleiras.
Avaliação, selecção e eliminação	Conservação permanente
Ingressos adicionais	Não se prevêem incorporações, salvo algumas espécies fotográficas que possam estar dispersas na colecção de fotografias da Câmara Municipal de Mafra.
Sistema de organização	Funcional e cronológica
Condições de acesso e utilização	Livre, de acordo com o Regulamento do Arquivo Histórico Municipal de Mafra
Idioma	Português
Regras ou convenções	ISAG(G) SEPIADES
Data da descrição	2010-05-03 Patrícia Alexandra Dias Matias (Estagiária)

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/01
Título	Livros de Actas
Data de produção inicial	1937-03-21
Data de produção final	1978-11-29
Nível de descrição	Série
Dimensão e suporte	6 Livros

Nome do produtor	Comissão Municipal de Turismo de Mafra
Âmbito e conteúdo	Os Livros de Actas cumprem a função de registo das reuniões da Comissão Municipal de Turismo de Mafra, nomeadamente a menção dos membros presentes e os assuntos tratados
Sistema de organização	Funcional e cronológica
Data da descrição	2010-05-03

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/02
Título	Livros da responsabilidade do tesoureiro da Câmara Municipal de Mafra em dinheiro, documentos de cobrança, receita eventual e documentos de despesa
Data de produção inicial	1944
Data de produção final	1978
Nível de descrição	Série
Dimensão e suporte	4 Livros
Nome do produtor	Comissão Municipal de Turismo de Mafra
Âmbito e conteúdo	Livro da responsabilidade do tesoureiro da Câmara Municipal de Mafra no qual era feito o registo detalhado das receitas e despesas da Comissão Municipal de Turismo de Mafra. O fim de cada ano económico era elaborado um termo de encerramento, fazendo-se o resumo do saldo em dinheiro e em documentos.
Sistema de organização	Funcional e cronológica
Data da descrição	2010-05-03

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/03
Título	Livros para o registo das receitas arrecadadas mensalmente
Data de produção inicial	1944
Data de produção final	1967
Nível de descrição	Série
Dimensão e suporte	7 Livros
Nome do produtor	Comissão Municipal de Turismo de Mafra
Âmbito e conteúdo	Livros utilizados para o registo das receitas arrecadadas mensalmente pela Comissão Municipal de Turismo, das quais o imposto de turismo sobre estabelecimentos (tabernas, cafés, pastelarias, casas de chá), percentagens relativas às contribuições prediais rústicas, urbanas, industriais, imposto sobre rendas de casa e pensões. O livro organiza-se anualmente e por página constam todos os meses, uma vez que o registo é feito por assuntos.
Sistema de organização	Funcional e cronológica
Data da descrição	2010-05-03

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/04
Título	Livros de Honra
Data de produção inicial	1960-05-17
Data de produção final	1988-10-10
Nível de descrição	Série

Dimensão e suporte	3 Livros
Nome do produtor	Comissão Municipal de Turismo de Mafra
Âmbito e conteúdo	Livro com folhas em branco nas quais os turistas deixavam as suas impressões/comentários, bem como as suas assinaturas. Na maior parte das vezes constam apenas assinaturas.
Sistema de organização	Funcional e cronológica
Data da descrição	2010-05-03

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/05
Título	Livros de Receita Eventual Modelo 8-T
Data de produção inicial	1952-11-03
Data de produção final	1962-11-14
Nível de descrição	Série
Dimensão e suporte	2 Livros
Nome do produtor	Comissão Municipal de Turismo de Mafra
Âmbito e conteúdo	Livro utilizado pela Tesouraria da Câmara Municipal de Mafra para o registo dos rendimentos eventuais cobrados relacionados com a Comissão Municipal de Turismo de Mafra. Mensalmente o Tesoureiro faz o fecho de Tesouraria indicando o valor da receita eventual arrecadada durante o mês em causa.
Sistema de organização	Funcional e cronológica
Data da descrição	2010-05-03

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/06
Título	Livros de Receita Eventual - Tesouraria
Data de produção inicial	1962-11-14
Data de produção final	1974-05-31
Nível de descrição	Série
Dimensão e suporte	3 Livros
Nome do produtor	Comissão Municipal de Turismo de Mafra
Âmbito e conteúdo	Livro utilizado pela Tesouraria da Câmara Municipal para o registo dos rendimentos eventuais cobrados no ano económico corrente.
Sistema de organização	Funcional e cronológica
Data da descrição	2010-05-03

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/07
Título	Livros da Receita Eventual Modelo 8
Data de produção inicial	1953-08-04
Data de produção final	1962-09-29
Nível de descrição	Série
Dimensão e suporte	2 Livros
Nome do produtor	Comissão Municipal de Turismo de Mafra
Âmbito e conteúdo	Livro utilizado pela Secretaria da Câmara Municipal para o registo dos rendimentos eventuais pagos pelos contribuintes no ano económico corrente. No fecho mensal é indicado o saldo que passa ao mês seguinte

	e é assinado pelo Tesoureiro e Chefe da Secretaria da Câmara Municipal de Mafra
Sistema de organização	Funcional e cronológica
Data da descrição	2010-05-03

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/08
Título	Livros de Caixa Modelo 9T
Data de produção inicial	1947-08-01
Data de produção final	1967-01-31
Nível de descrição	Série
Dimensão e suporte	3 Livros
Nome do produtor	Comissão Municipal de Turismo de Mafra
Âmbito e conteúdo	Livros utilizados pela Tesouraria da Câmara Municipal de Mafra para o registo das saídas e entradas de dinheiro dispendidos pela Comissão Municipal de Turismo de Mafra. O registo das entradas e saídas é feito diariamente.
Sistema de organização	Funcional e cronológica
Data da descrição	2010-05-03

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/09
Título	Livros de Registo de Ordens de Pagamento
Data de produção inicial	1945-01-02
Data de produção final	1972-01-15

Nível de descrição	Série
Dimensão e suporte	3 Livros
Nome do produtor	Comissão Municipal de Turismo de Mafra
Âmbito e conteúdo	Livros utilizados pela Secretaria da Câmara Municipal de Mafra para o registo das ordens de pagamento relativas às despesas efectuadas no âmbito do cumprimento das funções da Comissão Municipal de Turismo de Mafra, como por exemplo o pagamento de materiais, despesas de comunicação ou a remuneração de colaboradores, entre outras. Tem uma organização cronológica e faz a descrição sucinta do teor da despesa.
Sistema de organização	Funcional e cronológica
Data da descrição	2010-05-03

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/10
Título	Livros de Receita Eventual
Data de produção inicial	1941-01-02
Data de produção final	1953-07-31
Nível de descrição	Série
Dimensão e suporte	2 Livros
Nome do produtor	Comissão Municipal de Turismo de Mafra
Âmbito e conteúdo	Livros utilizados pela Secretaria da Câmara Municipal de Mafra para o registo dos rendimentos eventuais nos diversos campos, como contribuições do estado, rendas de casa, tabernas, pensões ou impostos de selo.
Sistema de organização	Funcional e cronológica
Data da descrição	2010-05-03

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/11
Título	Livros das contas correntes de todos os rendimentos virtuais liquidados, cobrados e anulados
Data de produção inicial	1944-01-03
Data de produção final	1966
Nível de descrição	Série
Dimensão e suporte	2 Livros
Nome do produtor	Comissão Municipal de Turismo de Mafra
Âmbito e conteúdo	Livros utilizados pela Secretaria da Câmara Municipal de Mafra para o registo dos rendimentos virtuais, liquidados, cobrados e anulados, sendo que o registo se resume à indicação mensal dos valores, agrupados em categorias, tais como tabernas, pensões, rendas de casa ou estabelecimentos.
Sistema de organização	Funcional e cronológica
Data da descrição	2010-05-03

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/12
Título	Imposto de Turismo
Data de produção inicial	1933
Data de produção final	1953
Nível de descrição	Série
Dimensão e suporte	2 Livros

Nome do produtor	Comissão Municipal de Turismo de Mafra
Âmbito e conteúdo	Livros com a descrição mensal das fontes de imposto e respectiva percentagem.
Sistema de organização	Funcional e cronológica
Data da descrição	2010-05-03

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/13
Título	Livro 10 - Contas correntes com as despesas orçamentais
Data de produção inicial	1941
Data de produção final	1943
Nível de descrição	Série
Dimensão e suporte	3 Livros
Nome do produtor	Comissão Municipal de Turismo de Mafra
Âmbito e conteúdo	Livro utilizado pelo Tesoureiro da Câmara Municipal de Mafra para a confrontação das contas correntes com as despesas orçamentais, ou seja, aquelas que estavam previstas no orçamento municipal na rubrica que cabia à Comissão Municipal de Turismo. Por cada rubrica registada é indicado mensalmente o valor previsto e aquele dispendido até ao momento.
Sistema de organização	Funcional e cronológica
Data da descrição	2010-05-03

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/14
Título	Correspondência recebida
Data de produção inicial	1954-08-31
Data de produção final	1979-06-01
Nível de descrição	Série
Dimensão e suporte	7 Docs.
Nome do produtor	Comissão Municipal de Turismo de Mafra
Âmbito e conteúdo	Contém a correspondência remetida por entidades externas à Comissão Municipal de Turismo de Mafra, tratando diversos assuntos que se encontram na inerência das funções desta Comissão.
Sistema de organização	Funcional e cronológica
Data da descrição	2010-05-03

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/15
Título	Concurso Ruas e Janelas Floridas
Data de produção inicial	1954
Data de produção final	1956
Nível de descrição	Série
Dimensão e suporte	3 mç. 12 Fotografias
Nome do produtor	Comissão Municipal de Turismo de Mafra

Âmbito e conteúdo	Concurso de promoção turística da zona de Mafra, promovendo o arranjo e embelezamento das ruas e janelas com recurso às flores. Este concurso foi organizado por três anos consecutivos pela Comissão Municipal de Turismo de Mafra, sob a égide do Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo.
Sistema de organização	Funcional e cronológica
Data da descrição	2010-05-03

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/15/001
Título	Concurso Ruas e Janelas Floridas - 1954
Data de produção inicial	1954-04-29
Data de produção final	1954-06-23
Nível de descrição	Documento composto
Dimensão e suporte	9 fls.
Nome do produtor	Comissão Municipal de Turismo de Mafra
Âmbito e conteúdo	Contém documentação relacionada com a regulamentação do concurso, correspondência expedida e recebida e o edital de publicitação do mesmo. No entanto, este concurso não se realizou por não existir inscrições.
Sistema de organização	Funcional e cronológica
Data da descrição	2010-05-03

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/15/002
Título	Concurso Ruas e Janelas Floridas - 1955
Data de produção inicial	1955-06-15
Data de produção final	1955-08-10

Nível de descrição	Documento composto
Dimensão e suporte	40 fls. 12 provas fotográficas
Nome do produtor	Comissão Municipal de Turismo de Mafra
Âmbito e conteúdo	Contém a documentação regulamentar do Concurso das Ruas e Janelas Floridas, correspondência recebida e expedida, a acta de apreciação dos trabalhos e os boletins de inscrição para o concurso.
Sistema de organização	Funcional e cronológica
Data da descrição	2010-05-03

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/15/002/01
Título	[Fotografia de moradia e jardim na Rua Machado de Castro]
Data de produção inicial	1955
Nível de descrição	Peça
Dimensão e suporte	13,5 x 8,5 Papel Prova a p&b
Nome do produtor	Comissão Municipal de Turismo de Mafra
Casa fotográfica	Foto Gomes
Âmbito e conteúdo	Fotografia de moradia com perspectiva sobre o jardim que estava a concorrer ao Concurso Ruas e Janelas Floridas
Notas	Carimbo: Foto Gomes
Descritores	Moradia Jardim
Data da descrição	2010-05-21

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/15/002/02
Título	[Fotografia de pormenor de jardim de moradia]
Data de produção inicial	1955
Nível de descrição	Peça
Dimensão e suporte	13,5 x 8,5 Papel Prova a p&b
Nome do produtor	Comissão Municipal de Turismo de Mafra
Casa fotográfica	Foto Gomes
Âmbito e conteúdo	Pormenor de jardim de moradia a concorrer ao Concurso de Ruas e Janelas Floridas.
Notas	Carimbo: Foto Gomes
Descritores	Moradia Jardim
Data da descrição	2010-05-21

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/15/002/03
Título	[Fotografia de jardim e moradia]
Data de produção inicial	1955
Nível de descrição	Peça
Dimensão e suporte	13,5 x 8,5 Papel Prova a p&b
Nome do produtor	Comissão Municipal de Turismo de Mafra
Âmbito e conteúdo	Perspectiva de uma moradia e jardim a concorrer ao Concurso de Ruas e Janelas Floridas
Notas	Turismo

Descritores	Moradia Jardim
Data da descrição	2010-05-21

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/15/002/04
Título	[Fotografia de moradia]
Data de produção inicial	1955
Nível de descrição	Peça
Dimensão e suporte	13,5 x 8,5 Papel Prova a p&b
Nome do produtor	Comissão Municipal de Turismo de Mafra
Âmbito e conteúdo	Fotografia de moradia e visão parcial do jardim a concorrer ao Concurso de Ruas e Janelas Floridas Esta fotografia terá sido exposta num "Painel 3"
Notas	Turismo
Descritores	Moradia Jardim
Data da descrição	2010-05-21

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/15/002/05
Título	[Fotografia de moradia e jardim na Rua Vieira Lusitano]
Data de produção inicial	1955
Nível de descrição	Peça
Dimensão e suporte	13,5 x 8,5 Papel

	Prova a p&b
Nome do produtor	Comissão Municipal de Turismo de Mafra
Casa fotográfica	Foto Gomes
Âmbito e conteúdo	Fotografia de moradia com pormenor de jardim a concorrer ao Concurso de Ruas e Janelas Floridas
Notas	Carimbo: Foto Gomes
Descritores	Moradia Jardim
Data da descrição	2010-05-21

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/15/002/06
Título	[Fotografia de moradia]
Data de produção inicial	1955
Nível de descrição	Peça
Dimensão e suporte	13,5 x 8,5 Papel Prova a p&b
Nome do produtor	Comissão Municipal de Turismo de Mafra
Âmbito e conteúdo	Fotografia de moradia onde se pode observar a varanda arranjada com flores, a concorrer ao concurso Ruas e Janelas Floridas
Notas	Repetido
Descritores	Moradia Jardim
Data da descrição	2010-05-21

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/15/002/07
Título	[Fotografia de pormenor de jardim de moradia]

Data de produção inicial	1955
Nível de descrição	Peça
Dimensão e suporte	13,5 x 8,5 Papel Prova a p&b
Nome do produtor	Comissão Municipal de Turismo de Mafra
Âmbito e conteúdo	Fotografia de pormenor sobre jardim e de plantas envasadas colocadas na parede de uma moradia a concorrer ao concurso de Ruas e Janelas Floridas
Descritores	Moradia Jardim
Data da descrição	2010-05-21

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/15/002/08
Título	[Fotografia de pormenor da entrada de moradia]
Data de produção inicial	1955
Nível de descrição	Peça
Dimensão e suporte	13,5 x 8,5 Papel Prova a p&b
Nome do produtor	Comissão Municipal de Turismo de Mafra
Casa fotográfica	Foto Gomes
Âmbito e conteúdo	Fotografia de pormenor de plantas trepadeiras em entrada de moradia a concorrer ao Concurso de Ruas e Janelas Floridas
Notas	Carimbo: Foto Gomes - Mafra
Descritores	Moradia Jardim
Data da descrição	2010-05-21

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/15/002/09
Título	[Fotografia de moradia e jardim]
Data de produção inicial	1955
Nível de descrição	Peça
Dimensão e suporte	13,5 x 8,5 Papel Prova a p&b
Nome do produtor	Comissão Municipal de Turismo de Mafra
Casa fotográfica	Foto Gomes
Âmbito e conteúdo	Fotografia de moradia onde se observa o jardim e varanda decorada com flores envasadas a concorrer ao concurso Ruas e Janelas Floridas.
Notas	Carimbo: Foto Gomes - Mafra
Descritores	Moradia Jardim
Data da descrição	2010-05-21

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/15/002/10
Título	[Fotografia de moradia e jardim]
Data de produção inicial	1955
Nível de descrição	Peça
Dimensão e suporte	13,5 x 8,5 Papel Prova a p&b
Nome do produtor	Comissão Municipal de Turismo de Mafra
Casa fotográfica	Foto Gomes

Âmbito e conteúdo	Fotografia de moradia onde se observa o jardim e varanda decorada com flores envasadas a concorrer ao concurso Ruas e Janelas Floridas.
Notas	Carimbo: Foto Gomes - Mafra
Descritores	Moradia Jardim
Data da descrição	2010-05-21

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/15/002/11
Título	[Fotografia de perspectiva de moradia]
Data de produção inicial	1955
Nível de descrição	Peça
Dimensão e suporte	13,5 x 8,5 Papel Prova a p&b
Nome do produtor	Comissão Municipal de Turismo de Mafra
Âmbito e conteúdo	Fotografia de perspectiva de moradia a concorrer ao concurso Ruas e Janelas Floridas.
Descritores	Moradia Jardim
Data da descrição	2010-05-21

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/15/002/12
Título	[Fotografia de moradia e jardim]
Data de produção inicial	1955
Nível de descrição	Peça
Dimensão e suporte	13,5 x 8,5 Papel Prova a p&b

Nome do produtor	Comissão Municipal de Turismo de Mafra
Âmbito e conteúdo	Fotografia panorâmica sobre o jardim de moradia a concorrer ao Concurso Ruas e Janelas Floridas
Descritores	Moradia Jardim
Data da descrição	2010-05-21

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/15/003
Título	Concurso Ruas e Janelas Floridas - 1956
Data de produção inicial	1956
Data de produção final	1956
Nível de descrição	Documento composto
Dimensão e suporte	5 fls.
Nome do produtor	Comissão Municipal de Turismo de Mafra
Âmbito e conteúdo	Contém a documentação regulamentar do Concurso Ruas e Janelas Floridas, a acta de apreciação dos trabalhos e uma lista ordenada de inscritos no concurso.
Sistema de organização	Funcional e cronológica
Data da descrição	2010-05-03

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/16
Título	Concurso de Fotografia
Data de produção inicial	1954-01-14
Data de produção final	1955-10-15

Nível de descrição	Série
Dimensão e suporte	2 mç.
Nome do produtor	Comissão Municipal de Turismo de Mafra
Âmbito e conteúdo	Contém a documentação subordinada ao concurso de fotografia realizado nos anos de 1954 e 1955, incluindo as provas e negativos correspondentes apresentados para apreciação. Este concurso foi organizado pela Comissão Municipal de Turismo de Mafra, sob orientação do Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo.
Sistema de organização	Funcional e cronológica
Data da descrição	2010-05-03

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/16/001
Título	Concurso de Fotografia - 1954
Data de produção inicial	1954-01-14
Nível de descrição	Documento composto
Dimensão e suporte	1 fl. 24 provas 2 negativos
Nome do produtor	Comissão Municipal de Turismo de Mafra
Âmbito e conteúdo	Contém a acta de apreciação dos trabalhos fotográficos e as fotografias entregues para o concurso. Este concurso foi organizado pela Comissão Municipal de Turismo de Mafra, como meio de promoção turística da zona de Mafra.
Sistema de organização	Funcional e cronológica
Data da descrição	2010-05-21

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/16/001/01
Título	Acta do Concurso de Fotografia - 1954
Data de produção inicial	1954-01-14
Nível de descrição	Peça
Dimensão e suporte	1 fl.
Nome do produtor	Comissão Municipal de Turismo de Mafra
Âmbito e conteúdo	Acta da Comissão Municipal de Turismo de Mafra, com indicação da classificação dos trabalhos apresentados e as menções honrosas atribuídas.
Data da descrição	2010-05-21

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/16/001/02
Título	Fotografia Largada - Ericeira
Data de produção inicial	1954
Nível de descrição	Peça
Dimensão e suporte	24 x 17,5 Papel Prova a p&b
Nome do produtor	Magalhães Vilhena (Maguil)
Âmbito e conteúdo	Fotografia apresentada ao Concurso de Fotografia de 1954, organizado pela Comissão Municipal de Turismo de Mafra, com o intuito de fazer a promoção turística da zona de Mafra. Representa a saída para o mar de uma embarcação de pesca. Esta prova terá sido colada num álbum ou exposta em painel.
Descritores	Mar Embarcação Pescador Actividades piscatórias
Data da descrição	2010-05-21

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/16/001/03
Título	Fotografia Fraco Almoço - Malveira
Data de produção inicial	1954
Nível de descrição	Peça
Dimensão e suporte	23,5 x 17 Papel Prova a p&b
Nome do produtor	Manuel J. Alves
Casa fotográfica	Foto Gomes
Âmbito e conteúdo	Fotografia apresentada ao Concurso de Fotografia de 1954 retratando a Feira da Malveira.
Notas	Carimbo – Foto Gomes
Descritores	Feira
Data da descrição	2010-05-21

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/16/001/04
Título	Fotografia Tenda Cigana
Data de produção inicial	1954
Nível de descrição	Peça
Dimensão e suporte	24 x 17,5 Papel Prova a p&b
Nome do produtor	Magalhães Vilhena (Maguil)
Casa fotográfica	Foto Gomes

Âmbito e conteúdo	Fotografia apresentada ao Concurso de Fotografia de 1954. Representa uma tenda cigana e uma mulher a preparar comida Esta prova terá sido exposta em painel ou colada num álbum
Notas	Carimbo – Comissão Municipal de Turismo de Mafra
Descritores	Cigano Campo
Data da descrição	2010-05-21

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/16/001/05
Título	Fotografia Rainha das Flores
Data de produção inicial	1954
Nível de descrição	Peça
Dimensão e suporte	23,5 x 17,5 Papel Prova a p&b
Nome do produtor	Manuel J. Alves
Casa fotográfica	Foto Gomes
Âmbito e conteúdo	Fotografia apresentada ao Concurso de Fotografia de 1954. Representa uma escultura de mulher com flores Esta prova terá sido exposta em painel ou colada num álbum
Notas	Carimbo – Comissão Municipal de Turismo de Mafra Carimbo – Foto Gomes
Data da descrição	2010-05-21

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/16/001/06
Título	[Fotografia da Fachada do Palácio Nacional de Mafra]
Data de produção inicial	1954

Nível de descrição	Peça
Dimensão e suporte	22,5 x 16,5 Papel Prova a p&b
Nome do produtor	João Costa (João Saloio)
Casa fotográfica	Foto Gomes
Âmbito e conteúdo	Fotografia apresentada ao Concurso de Fotografia de 1954. Representa a fachada principal do Palácio Nacional de Mafra, com destaque da janela da bênção, as esculturas de S. Francisco e S. Domingos e dos padroeiros da Basílica: Santa Maria e Sto. António. Esta prova terá sido colada num álbum ou exposta em painel
Notas	Carimbo – Comissão Municipal de Turismo de Mafra
Descritores	Palácio
Data da descrição	2010-05-21

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/16/001/07
Título	Fotografia Lavando as rêdes - Ericeira
Data de produção inicial	1954
Nível de descrição	Peça
Dimensão e suporte	23,5 x 16,5 Papel Prova a p&b
Nome do produtor	Magalhães Vilhena (Maguil)
Âmbito e conteúdo	Fotografia apresentada ao Concurso de Fotografia de 1954. Representa um pescador a lavar as redes no mar. Esta prova foi exposta em painel

Notas	Carimbo – Comissão Municipal de Turismo de Mafra Painel 10
Descritores	Pescador Praia Mar Actividades Piscatórias
Data da descrição	2010-05-21

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/16/001/08
Título	Fotografia Festa na Aldeia - Encarnação
Data de produção inicial	1954
Nível de descrição	Peça
Dimensão e suporte	23,5 x 17,5 Papel Prova a p&b
Nome do produtor	João Costa (João Saloio)
Âmbito e conteúdo	Fotografia apresentada ao Concurso de Fotografia de 1954. Representa uma festa na aldeia da Encarnação, numa actuação da banda de música.
Notas	Carimbo – Comissão Municipal de Turismo de Mafra Painel 8 Turismo
Descritores	Banda de Música Romaria Aldeia
Data da descrição	2010-05-21

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/16/001/09
Título	Fotografia Pescador - Ericeira
Data de produção inicial	1954
Nível de descrição	Peça
Dimensão e suporte	24 x 18 Papel Prova a p&b
Nome do produtor	Magalhães Vilhena (Maguil)
Âmbito e conteúdo	Fotografia apresentada ao Concurso de Fotografia de 1954. Representa um pescador encostado a um muro. Esta prova terá sido colada em álbum ou painel.
Notas	Carimbo – Comissão Municipal de Turismo de Mafra
Descritores	Pescador Mar
Data da descrição	2010-05-21

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/16/001/10
Título	Fotografia O convento de Mafra visto de noite
Data de produção inicial	1954
Nível de descrição	Peça
Dimensão e suporte	23,5 x 17,5 Papel Prova a p&b
Nome do produtor	Afonso Machado (Osnofa)
Âmbito e conteúdo	Fotografia apresentada ao Concurso de Fotografia de 1954. Representa o Palácio Nacional de Mafra visto de noite, com relevo para o centro, captando a fachada da Basílica e as torres sineiras.
Notas	Carimbo – Comissão Municipal de Turismo de Mafra

	Assinatura do pseudónimo do autor: Osnofa
Descritores	Palácio Terreiro
Data da descrição	2010-05-21

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/16/001/11
Título	Fotografia Largada - Ericeira
Data de produção inicial	1954
Nível de descrição	Peça
Dimensão e suporte	23,5 x 17,5 Papel Prova a p&b
Nome do produtor	Magalhães Vilhena (Maguil)
Âmbito e conteúdo	Fotografia apresentada ao Concurso de Fotografia de 1954. Representa a saída da praia da embarcação de pesca. Esta fotografia foi exposta em painel
Notas	Carimbo – Comissão Municipal de Turismo de Mafra Painel 10
Descritores	Mar Praia Actividades piscatórias Embarcação Pescador
Data da descrição	2010-05-21

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/16/001/12
Título	Fotografia Jardim do Cerco - Mafra
Data de produção inicial	1954
Nível de descrição	Peça
Dimensão e suporte	24 x 18 Papel Prova a p&b
Nome do produtor	Antero Runa Nogueira (Daguerre)
Âmbito e conteúdo	Fotografia apresentada ao Concurso de Fotografia de 1954. Representa uma perspectiva do Jardim do Cerco em Mafra, com um grande plano de um vaso em mármore.
Notas	Carimbo – Comissão Municipal de Turismo de Mafra Assinatura do pseudónimo: Daguerre
Descritores	Jardim
Data da descrição	2010-05-21

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/16/001/13
Título	Fotografia Praia da Ericeira
Data de produção inicial	1954
Nível de descrição	Peça
Dimensão e suporte	24 x 17,5 Papel Prova a p&b
Nome do produtor	Magalhães Vilhena (Maguil)
Âmbito e conteúdo	Fotografia apresentada ao Concurso de Fotografia de 1954. Representa uma vista panorâmica sobre a praia dos pescadores e três meninos, dois

	deles a brincar numa embarcação. Esta fotografia esteve colada num álbum ou exposta em painel
Notas	Carimbo – Comissão Municipal de Turismo de Mafra
Descritores	Embarcação Mar Praia
Data da descrição	2010-05-21

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/16/001/14
Título	Fotografia Entrada da Quinta Pisanni - Santo Isidoro
Data de produção inicial	1954
Nível de descrição	Peça
Dimensão e suporte	23,5 x 17,5 Papel Prova a p&b
Nome do produtor	Afonso Machado (Osnofa)
Âmbito e conteúdo	Fotografia apresentada ao Concurso de Fotografia de 1954. Representa a entrada arborizada da Quinta Pisanni, em Santo Isidoro. Esta fotografia esteve colada num álbum ou exposta em painel.
Notas	Carimbo – Comissão Municipal de Turismo de Mafra Assinatura do pseudónimo: Osnofa
Descritores	Jardim Quinta
Data da descrição	2010-05-21

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/16/001/15
Título	Fotografia Negócio Fechado - Malveira
Data de produção inicial	1954
Nível de descrição	Peça

Dimensão e suporte	22,5 x 17 Papel Prova a p&b
Casa fotográfica	Foto Gomes
Nome do produtor	Manuel J. Alves
Âmbito e conteúdo	Fotografia apresentada ao Concurso de Fotografia de 1954. Representa uma "cena" da Feira da Malveira na qual um homem corta com tesoura os pêlos do lombo de um leitão. Esta fotografia terá sido exposta em painel
Notas	Carimbo – Comissão Municipal de Turismo de Mafra Carimbo – Foto Gomes Painel 9
Descritores	Feira Leitão Vendedor
Data da descrição	2010-05-21

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/16/001/16
Título	Fotografia Negócio na Feira - Malveira
Data de produção inicial	1954
Nível de descrição	Peça
Dimensão e suporte	23 x 17,5 Papel Prova a p&b
Casa fotográfica	Foto Gomes
Nome do produtor	Manuel J. Alves
Âmbito e conteúdo	Fotografia apresentada ao Concurso de Fotografia de 1954. Representa mulheres a comercializar panos na Feira da Malveira. Esta fotografia esteve exposta em painel
Notas	Carimbo – Comissão Municipal de Turismo de Mafra Carimbo – Foto Gomes

	Painel 9
Descritores	Feira Traje saloio Vendedor
Data da descrição	2010-05-21

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/16/001/17
Título	Fotografia Um trecho da Tapada de dentro
Data de produção inicial	1954
Nível de descrição	Peça
Dimensão e suporte	23,5 x 17,5 Papel Prova a p&b
Nome do produtor	Afonso Machado (Osnofa)
Âmbito e conteúdo	Fotografia apresentada ao Concurso de Fotografia de 1954. Representa um trecho da Tapada Nacional de Mafra
Notas	Carimbo – Comissão Municipal de Turismo de Mafra Assinatura do pseudónimo: Osnofa
Descritores	Tapada
Data da descrição	2010-05-21

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/16/001/18
Título	[Fotografia trecho do Jardim do Cerco]
Data de produção inicial	1954
Nível de descrição	Peça
Dimensão e suporte	21 x 16

	Papel Prova a p&b
Casa fotográfica	Foto Gomes
Nome do produtor	Elmiro Ventura da Costa Cabral Carmo (Maria Manuel)
Âmbito e conteúdo	Fotografia apresentada ao Concurso de Fotografia de 1954 e vencedora do primeiro prémio. Representa uma perspectiva do Jardim do Cerco, com a azenha no fundo.
Notas	Carimbo – Foto Gomes Assinatura do pseudónimo: Maria Manuel Existe o negativo (1ª geração) e ainda uma prova a p&b em papel da mesma fotografia
Descritores	Jardim Azenha
Data da descrição	2010-05-21

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/16/001/19
Título	Fotografia Espelho de Água - Mafra
Data de produção inicial	1954
Nível de descrição	Peça
Dimensão e suporte	24 x 17,5 Papel Prova a p&b
Casa fotográfica	Foto Gomes
Nome do produtor	Elmiro Ventura da Costa Cabral Carmo (Maria Manuel)
Âmbito e conteúdo	Fotografia apresentada ao Concurso de Fotografia de 1954, tendo-lhe sido atribuída pelo júri uma menção honrosa. Representa uma perspectiva sobre o lago do Jardim do Cerco.
Notas	Carimbo – Foto Gomes Assinatura do pseudónimo: Maria Manuel

	Menção Honrosa Existe o negativo (1ª geração) desta fotografia
Descritores	Jardim Lago
Data da descrição	2010-05-21

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/16/001/20
Título	[Fotografia sobre o mar]
Data de produção inicial	1954
Nível de descrição	Peça
Dimensão e suporte	29,5 x 24 Papel Prova a p&b
Casa fotográfica	Foto Gomes
Nome do produtor	Elmiro do Carmo (?)
Âmbito e conteúdo	Fotografia apresentada ao Concurso de Fotografia de 1954. Representa uma vista panorâmica sobre o mar, aparecendo parcialmente uma moradia. Não se consegue identificar o local. Esta fotografia terá sido colada num álbum ou exposta em painel.
Notas	Carimbo – Comissão Municipal de Turismo de Mafra
Descritores	Mar
Data da descrição	2010-05-21

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/16/001/21
Título	[Fotografia da Azenha no Jardim do Cerco]
Data de produção inicial	1954
Nível de descrição	Peça

Dimensão e suporte	23,5 x 29,5 Papel Prova a p&b
Nome do produtor	Antero Runa Nogueira (?)
Âmbito e conteúdo	Fotografia apresentada ao Concurso de Fotografia de 1954. Representa um trecho do Jardim do Cerco, com perspectiva sobre a azenha e um lago. Esta fotografia terá sido colada em álbum ou exposta em painel.
Notas	Carimbo – Comissão Municipal de Turismo de Mafra
Descritores	Jardim Lago
Data da descrição	2010-05-21

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/16/001/22
Título	Fotografia Trecho do Jardim do Cerco
Data de produção inicial	1954
Nível de descrição	Peça
Dimensão e suporte	29,5 x 23,5 Papel Prova a p&b
Nome do produtor	Elmiro Ventura Costa Cabral do Carmo (Maria Manuel)
Âmbito e conteúdo	Fotografia apresentada ao Concurso de Fotografia de 1954, tendo vencido o primeiro prémio. Representa uma perspectiva sobre a azenha do Jardim do Cerco. Esta terá sido uma prova revelada após a apreciação pelo júri para poder ser exposta, uma vez que existe uma prova de menores dimensões que está assinada pelo autor com o seu pseudónimo.
Notas	Carimbo – Comissão Municipal de Turismo de Mafra Existe o negativo (1ª geração) desta fotografia e a prova que foi apresentada para apreciação, de menores dimensões.
Descritores	Jardim

	Azenha
Data da descrição	2010-05-21

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/16/001/23
Título	Fotografia Codeçal visto da estrada
Data de produção inicial	1954
Nível de descrição	Peça
Dimensão e suporte	29,5 x 23,5 Papel Prova a p&b
Nome do produtor	Afonso da Silva Machado
Âmbito e conteúdo	Fotografia apresentada ao Concurso de Fotografia de 1954, tendo vencido o segundo prémio. É uma vista panorâmica a partir da estrada sobre o lugar do Codeçal.
Notas	Carimbo – Comissão Municipal de Turismo de Mafra Painel 16
Descritores	Aldeia Igreja Campo Moradia
Data da descrição	2010-05-21

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/16/001/24
Título	[Fotografia Meninos a brincar na praia]
Data de produção inicial	1954
Nível de descrição	Peça
Dimensão e suporte	29,5 x 24

	Papel Prova a p&b
Nome do produtor	Elmiro Ventura Costa Cabral do Carmo (?)
Âmbito e conteúdo	Fotografia apresentada ao Concurso de Fotografia de 1954. Representa dois meninos a brincar na praia à beira mar. Esta fotografia terá sido colada em álbum ou exposta em painel
Notas	Carimbo – Comissão Municipal de Turismo de Mafra
Descritores	Praia Mar
Data da descrição	2010-05-21

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/16/002
Título	Concurso de Fotografia - 1955
Data de produção inicial	1955-10-15
Nível de descrição	Documento composto
Dimensão e suporte	21 fl. 14 provas 6 negativos
Nome do produtor	Comissão Municipal de Turismo de Mafra
Âmbito e conteúdo	Contém a documentação relativa ao Concurso de Fotografia organizado pela Comissão Municipal de Turismo de Mafra, nomeadamente a acta de classificação dos resultados, correspondência recebida e pequenos cartões ou folhas soltas indicando a verdadeira identidade relacionada com os pseudónimos utilizados pelos concorrentes.
Sistema de organização	Funcional e cronológica
Data da descrição	2010-05-21

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/16/002/01
Título	Acta do Concurso de Fotografia - 1955
Data de produção inicial	1955-10-15
Nível de descrição	Peça
Dimensão e suporte	1 fl.
Nome do produtor	Comissão Municipal de Turismo de Mafra
Âmbito e conteúdo	Contém a classificação dos trabalhos fotográficos apresentados ao Concurso de Fotografia, bem como a nomeação das menções honrosas atribuídas.
Data da descrição	2010-05-21

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/16/002/02
Título	Fotografia Foz
Data de produção inicial	1955
Nível de descrição	Peça
Dimensão e suporte	24 x 18 Papel Prova a p&b
Nome do produtor	Elmiro do Carmo (Laura)
Âmbito e conteúdo	Fotografia apresentada ao Concurso de Fotografia de 1955. Representa a foz do rio Lizandro. Esta fotografia terá sido colada em álbum ou exposta em painel
Notas	Carimbo – Comissão Municipal de Turismo de Mafra Rio Lizandro Assinatura do pseudónimo: Laura
Descritores	Praia Rio
Data da descrição	2010-05-21

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/16/002/03
Título	Fotografia Trovoada
Data de produção inicial	1955
Nível de descrição	Peça
Dimensão e suporte	24 x 17,5 Papel Prova a p&b
Nome do produtor	Elmiro do Carmo (Laura)
Âmbito e conteúdo	Fotografia apresentada ao Concurso de Fotografia de 1955, tendo-lhe sido atribuída uma menção honrosa. Representa uma rua inundada e o jardim. Esta fotografia terá sido colada em álbum ou exposta em painel
Notas	Carimbo – Comissão Municipal de Turismo de Mafra Mafra Assinatura do pseudónimo: Laura Assinatura dos três membros do júri
Descritores	Jardim Rua
Data da descrição	2010-05-21

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/16/002/04
Título	Fotografia Tarde de Inverno
Data de produção inicial	1955
Nível de descrição	Peça
Dimensão e suporte	24 x 18 Papel Prova a p&b
Nome do produtor	Elmiro do Carmo (Laura)
Âmbito e conteúdo	Fotografia apresentada ao Concurso de Fotografia de 1955, tendo

	vencido o terceiro prémio. Representa uma perspectiva da praia do Sul, na Ericeira. Esta fotografia terá sido colada em álbum ou exposta em painel
Notas	Carimbo – Comissão Municipal de Turismo de Mafra Rivoti Ericeira Painel 17 265 E Assinatura do pseudónimo: Laura Assinatura dos três membros do júri Existe o negativo correspondente a esta prova
Descritores	Praia Mar Moradia
Data da descrição	2010-05-21

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/16/002/05
Título	Fotografia Praia dos Pescadores
Data de produção inicial	1955
Nível de descrição	Peça
Dimensão e suporte	24 x 18 Papel Prova a p&b
Nome do produtor	Elmiro do Carmo (Laura)
Âmbito e conteúdo	Fotografia apresentada ao Concurso de Fotografia de 1955, tendo-lhe sido atribuído uma menção honrosa. É uma vista de cima da Praia dos Pescadores na Ericeira, observando-se duas embarcações e algumas pessoas. Esta fotografia terá sido colada em álbum ou exposta em painel
Notas	Carimbo – Comissão Municipal de Turismo de Mafra Ericeira

	Painel 10 407 E Assinatura do pseudónimo: Laura Assinatura dos três membros do júri
Descritores	Praia Mar Embarcação
Data da descrição	2010-05-21

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/16/002/06
Título	Fotografia Ponte Romana
Data de produção inicial	1955
Nível de descrição	Peça
Dimensão e suporte	24 x 17,5 Papel Prova a p&b
Nome do produtor	Francisco Resina (Aniser)
Âmbito e conteúdo	Fotografia apresentada ao Concurso de Fotografia de 1955, tendo vencido o primeiro prémio. Representa a ponte romana de Cheleiros, vista do poente para o nascente, sobre o Rio Lizandro. Esta fotografia foi exposta em painel.
Notas	Carimbo – Comissão Municipal de Turismo de Mafra Assinatura do autor "Francisco Resina" ANISER (escrito à máquina) Cheleiros – Ponte Romana – Vista do poente para nascente (escrito à máquina) Assinatura dos três membros do júri Existe o negativo correspondente
Descritores	Ponte Rio Casas vernaculares
Data da descrição	2010-05-21

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/16/002/07
Título	Fotografia Tarde Bucólica - Azueira
Data de produção inicial	1955
Nível de descrição	Peça
Dimensão e suporte	24 x 18 Papel Prova a p&b
Nome do produtor	Manuel Mucherreira (Nelmo)
Âmbito e conteúdo	Fotografia apresentada ao Concurso de Fotografia de 1955, tenho recebido uma menção honrosa. Representa um pastor a tocar flauta, no campo com as ovelhas. Esta fotografia foi exposta em painel.
Notas	Carimbo – Comissão Municipal de Turismo de Mafra Assinatura do pseudónimo do autor: Nelmo Painel 5 Assinatura dos três membros do júri Existe o negativo correspondente
Descritores	Actividade agrícola e pecuária Ovelha Campo Pastor
Data da descrição	2010-05-21

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/16/002/08
Título	Fotografia Claustro do Mosteiro de Mafra
Data de produção inicial	1955
Nível de descrição	Peça
Dimensão e suporte	23,5 x 17,5 Papel

	Prova a p&b
Nome do produtor	Luís Filipe de Aboim Pereira (Peneiras)
Âmbito e conteúdo	Fotografia apresentada ao Concurso de Fotografia de 1955, representando um pormenor de um dos claustros do Palácio Nacional de Mafra Esta fotografia foi exposta em painel.
Notas	Carimbo – Comissão Municipal de Turismo de Mafra Assinatura do pseudónimo do autor: Peneiras (escrito à máquina)
Descritores	Palácio Jardim
Data da descrição	2010-05-21

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/16/002/09
Título	[Fotografia da fachada do Palácio Nacional de Mafra]
Data de produção inicial	1955
Nível de descrição	Peça
Dimensão e suporte	22,5 x 17 Papel Prova a p&b
Nome do produtor	Manuel Antunes da Silva
Âmbito e conteúdo	Fotografia apresentada ao Concurso de Fotografia de 1955, tendo recebido uma menção honrosa. Representa a fachada principal do Palácio Nacional de Mafra, vendo-se o Terreiro D. João V. Esta fotografia foi exposta em painel ou colada em álbum.
Notas	Carimbo – Comissão Municipal de Turismo de Mafra Assinatura do apelido do autor: Silva Assinatura dos três elementos do júri
Descritores	Palácio Terreiro
Data da descrição	2010-05-21

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/16/002/10
Título	Fotografia Gradil
Data de produção inicial	1955
Nível de descrição	Peça
Dimensão e suporte	24 x 17,5 Papel Prova a p&b
Nome do produtor	Manuel Mucharreira (Nelmo)
Âmbito e conteúdo	Fotografia apresentada ao Concurso de Fotografia de 1955. É uma vista panorâmica da aldeia do Gradil, observando-se em segundo plano a Serra do Socorro. Esta fotografia foi exposta em painel.
Notas	Carimbo – Comissão Municipal de Turismo de Mafra Assinatura do pseudónimo do autor: Nelmo Painel 16 423 E
Descritores	Aldeia Campo Casas vernaculares Igreja Serra
Data da descrição	2010-05-21

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/16/002/11
Título	Fotografia Travessa da Rua do Norte - Ericeira
Data de produção inicial	1955
Nível de descrição	Peça
Dimensão e suporte	24 x 18 Papel Prova a p&b

Nome do produtor	Manuel Mucharreira (Nelmo)
Âmbito e conteúdo	Fotografia apresentada ao Concurso de Fotografia de 1955, tendo recebido uma menção honrosa. Representa a Travessa da Rua do Norte na Ericeira, na qual passam uma mulher e crianças. Esta fotografia foi exposta em painel.
Notas	Carimbo – Comissão Municipal de Turismo de Mafra Assinatura do pseudónimo do autor: Nelmo Assinatura dos três elementos do júri Painel 17 406 Existe o negativo correspondente
Descritores	Rua Casas vernaculares Moradia
Data da descrição	2010-05-21

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/16/002/12
Título	Fotografia Lavadeiras - Senhora do Ó
Data de produção inicial	1955
Nível de descrição	Peça
Dimensão e suporte	24 x 18 Papel Prova a p&b
Nome do produtor	Manuel Mucharreira (Nelmo)
Âmbito e conteúdo	Fotografia apresentada ao Concurso de Fotografia de 1955 Representa duas lavadeiras a lavar roupa junto à ponte da Senhora do Ó sobre o rio Lizandro Esta fotografia foi exposta em painel.
Notas	Carimbo – Comissão Municipal de Turismo de Mafra Assinatura do pseudónimo do autor: Nelmo Painel 17 404 E
Descritores	Ponte

	Rio Traje saloio Lavadeira
Data da descrição	2010-05-21

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/16/002/13
Título	Fotografia Picanceira – vista parcial
Data de produção inicial	1955
Nível de descrição	Peça
Dimensão e suporte	24 x 17,5 Papel Prova a p&b
Nome do produtor	Manuel Mucharreira (Nelmo)
Âmbito e conteúdo	Fotografia apresentada ao Concurso de Fotografia de 1955, tendo vencido o segundo prémio. Representa um avista parcial da aldeia da aldeia da Picanceira Esta fotografia foi exposta em painel.
Notas	Carimbo – Comissão Municipal de Turismo de Mafra Assinatura do pseudónimo do autor: Nelmo II Prémio Painel 16 412 E Assinatura dos três elementos do júri Existe o negativo correspondente
Descritores	Casas vernaculares Moradia Rua Campo Aldeia
Data da descrição	2010-05-21

Código de referência	PT/AHMM/IP/AL/CM/CMMFR/CMTM/16/002/14
Título	Fotografia Descamisada - Azueira
Data de produção inicial	1955
Nível de descrição	Peça
Dimensão e suporte	24 x 17,5 Papel Prova a p&b
Nome do produtor	Manuel Mucharreira (Nelmo)
Âmbito e conteúdo	Fotografia apresentada ao Concurso de Fotografia de 1955, tendo recebido uma menção honrosa. Apresenta três mulheres a fazerem a descamisada do milho. Esta fotografia foi exposta em painel.
Notas	Carimbo – Comissão Municipal de Turismo de Mafra Assinatura do pseudónimo do autor: Nelmo Painel 16 250 E Assinatura dos três elementos do júri Existe o negativo correspondente
Descritores	Actividade agrícola e pecuária Traje saloio
Data da descrição	2010-05-21

Apêndice III – Vocabulário Controlado

- Objectos

TG -Vestuário

TE -Traje saloio

TE -Farda de bombeiro

TG -Meios de transporte

TE -Embarcação

Barco USE Embarcação

TE -Carro

TE -Camioneta

- Entidades

TG -Pessoas (segundo a profissão ou ocupação)

TE -Pescador

TE -Agricultor

TE -Ceifeira

TE –Pastor TR Pastoreio

TE -Vendedor

TG –Pessoas (segundo o cargo)

TE -Bispo

TE -Padre

TG -Pessoas (segundo a etnia)

TE -Cigano

TG -Agrupamentos

TE -Racho folclórico

TE –Banda de música

- Actividades

-TG -Actividades agrícolas e pecuárias

-TG -Actividades piscatórias

-TG -Eventos

TE –Feira

TE- Procissão

TE- Romaria

- Animais

TE - Cão

TE – Leitão

TE - Ovelha

- Edifícios, Agrupamentos urbanos e paisagens

TG -Edifícios e estruturas

TE -Casas vernaculares

TE – Palácio

Convento USE Palácio

Mosteiro USE Palácio

TE -Moinho

TE -Igreja

TE –Azenha

Nora USE Azenha

TE –Moradia

Habitação USE Moradia

Casa USE Moradia

TE -Lago

TE -Ponte

TG -Aglomerados urbanos

TE -Rua

TE -Praça

TE -Terreiro

TE –Aldeia

TE -Quinta

TG -Paisagem

TE -Campo

TE -Praia

TE -Tapada

TE -Jardim

TE –Mar

TE -Rio

TE -Serra

Índice alfabético – Vocabulário controlado

Actividades agrícolas e pecuárias

Actividades piscatórias

Agricultor

Aldeia

Azenha

Banda de música

Barco USE Embarcação

Bispo

Camioneta

Campo

Cão

Carro

Casa USE Moradia

Casas vernaculares

Cefeira

Cigano

Convento USE Palácio

Embarcação

Farda de bombeiro

Feira

Habitação USE Moradia

Igreja

Jardim

Lago

Leitão

Mar

Moinho

Moradia

Mosteiro USE Palácio

Nora USE Azenha

Ovelha

Padre

Palácio

Pastor TR Pastoreio

Pescador

Ponte

Praça

Praia

Procissão

Quinta

Racho folclórico

Rio

Romaria

Rua

Serra

Tapada

Terreiro

Traje saloio

Vendedor